



Índice

- 01** Liberados recursos para saúde indígena na região
- 02** 9 de Agosto - Dia Internacional dos Povos Indígenas
- 03** Reinaldo diz que a omissão do governo federal etimulou conflito indígena em MS
- 04** Empresa acusada por assassinatos e violência contra indígenas continua fechada
- 05** Plano Estadual dos Povos Indígenas será apresentado até final do ano
- 06** SP – I Agosto Indígena nos CEUs – 2014
- 07** Estrela Velha receberá recursos mensais para aplicação em saúde nas comunidades indígenas
- 08** Cultura indígena exposta em Quissamã
- 09** Povo indígena regional terá recurso para atendimento saúde
- 10** Indígenas declaram apoio a Riva
- 11** Pastor indígena é alvo de feitiçaria em Cauca, Colômbia
- 12** Licença prévia para mineroduto da Manabi será votada nesta semana em Minas Gerais
- 13** Indígenas isolados: ameaças e risco de desaparecimento aumentam na América do Sul
- 14** Indígenas invadem pela terceira vez salão comunitário



- 15** [Fazendeiro some no sul da BA; filha diz que índios mantém homem refém](#)
- 16** [Nota do Cimi contra a privatização da Atenção à Saúde Indígena no Brasil](#)
- 17** [Nota do Centro de Trabalho Indigenista sobre a matéria Terra Contestada, publicada no jornal Diário Catarinense](#)
- 18** [Justiça determina prisão preventiva de envolvidos em invasão de terras indígenas](#)
- 19** [Filme etnográfico narra histórias de artesãos em Alcântara \(MA\)](#)
- 20** [Foirn denuncia descaso e questiona "onde vai parar o dinheiro da Saúde Indígena?"](#)
- 21** ["Pescadores da AHOMAR estão impedidos de regressar a Magé"](#)
- 22** [O que se desloca e o que se deslocaliza na Amazônia](#)
- 23** [As 8 reivindicações mais polêmicas do agronegócio aos presidentiáveis](#)
- 24** [A incansável denegação do genocídio e o índio inexistente. Entrevista especial com Moysés Pinto Neto e Helena Palmquist](#)
- 25** [Documento final do 1º Encontro Amazônico dos Povos indígenas Resistentes](#)
- 26** [Mercosul Indígena](#)
- 27** [Funai e Ministério da Justiça visitam terra indígena do Jaraguá](#)
- 28** [UFGD inaugura prédio para cursos indígenas e do campo e reafirma seu respeito por todas as culturas](#)
- 29** [UFOPA promove "Diálogos Indígenas" com Daniel Munduruku](#)
- 30** [Vereadores visitam aldeias indígenas e cobram melhorias para educação e infraestrutura](#)



Liberados recursos para saúde indígena na região

SÍTIO DIÁRIO DA MANHÃ, 09.08.2014

Vários municípios da região serão beneficiados com recursos mensais para aplicação em saúde nas comunidades indígenas. Além de Carazinho, Gentil, Mato Castelhano e Muliterno - na região da Produção - receberão o repasse: Benjamin Constant do Sul, Charrua, Erebango, Erechim - no Alto Uruguai - e Faxinalzinho, no Norte. Em todo o Estado, 52 municípios receberão de R\$ 1 mil a R\$ 4mil por mês, conforme previstos na portaria 41/2013 que define o valor de acordo com população indígena registrada.

A Secretaria Estadual da Saúde (SES/RS) divulgou nota técnica sobre a aplicação do incentivo financeiro, que será feito conforme um plano de aplicação desenvolvido pelos gestores municipais. Para a elaboração do plano, a Secretaria Estadual da Saúde (SES), esta indo com uma equipe da coordenação estadual da política indígena até os municípios e se reunindo com secretários de saúde e lideranças indígenas.

Conforme a portaria, "o incentivo poderá ser gasto em despesas de custeio e investimento, qualificação - de acordo com as necessidades, demandas e carências em saúde indígena -, com deliberação pelo Conselho Municipal de Saúde".

As demandas apresentadas no plano de aplicação devem contemplar as necessidade sociais da comunidade com a perspectiva do cuidado integral, tanto de vigilância, atenção básica, secundária e terciária.

Mato Castelhano contesta utilização de verba

A Prefeitura de Mato Castelhano contesta a obrigatoriedade de utilização do recurso repassado pelo Estado, com a justificativa de que não há área indígena demarcada no município. Em julho, o Ministério Público Federal em Passo Fundo ingressou com recurso contra decisão judicial que negou pedido de liminar para que Mato Castelhano seja obrigado a utilizar os R\$ 4 mil mensais- em prol do serviço público de saúde para as comunidades indígenas Kaingang, situadas às margens da BR 285.

Segundo o coordenador estadual da política de saúde indígena, Claudemir de Moreira Vaz, apenas esse município questiona a aplicação dos recursos. "Entramos com essa contrapartida para dar um auxílio as administrações municipais, para a qualidade de vida de seus munícipes", afirma Vaz. Segundo ele, a Secretaria de Saúde do RS está em negociação com Mato Castelhano para que o dinheiro não seja devolvido e sim investido em programas de saúde à comunidade indígena local.

Carazinho tem recurso acumulado

CONT.



Em Carazinho, conforme a diretora administrativa da Secretaria de Saúde, Fernanda da Cas, o município foi informado de que tem direito a receber pelo atendimento aos indígenas que ocupam área as margens da BR 386, um valor de pouco mais de R\$ 1 mil por mês.

No entanto, foi verificado que o município tem um recurso acumulado e que estava parado no valor de R\$11 mil reais para tal finalidade e que precisa ser aplicado antes de se conseguir acessar os valores mensais. Por isso, há cerca de 20 dias a Pasta se reuniu com a tribo para definir um plano de aplicação dos recursos. "Sentamos com o cacique, membros da FUNAI e fizemos um plano de aplicação conforme o que indígenas nos informaram. Além de saúde especificamente este recurso pode ser aplicado na compra de lonas e madeiras, para melhoria das moradias", comenta a diretora.

O plano de aplicação dos recursos depende, ainda, de aprovação do Conselho Municipal da Saúde. Segundo estimativa da Secretaria Municipal de Saúde, Carazinho tem cerca de 20 famílias indígenas correspondente a uma população aproximada de 70 pessoas.

Recursos destinados aos municípios da região

Carazinho 47 indígenas R\$ 1.000

Gentil 137 indígenas R\$ 3.000

Mato Castelhano 231 indígenas R\$ 4.000

Muliterno 221 indígenas R\$ 4.000

Benjamin Constant do Sul - 1072 Indígenas - R\$ 4.000

Charrua - 1450 Indígenas - R\$ 4.000

Erebango - 285 Indígenas - R\$ 4.000

Erechim - 47 Indígenas - R\$ 1.000

Faxinalzinho - 199 Indígenas - R\$ 3.000



9 de Agosto - Dia Internacional dos Povos Indígenas

SÍTIO AMAMBAI NOTÍCIAS, 09.08.2014

Diferente da comemoração do dia 19 de abril, o Dia Internacional dos Povos Indígenas foi uma conquista dos próprios índios do mundo inteiro. Celebrado no dia 9 de agosto, a data rememora o dia em que um índio chegou pela primeira vez à sede da ONU, na Suíça, para reclamar seus direitos, sendo instituída em 1995. As populações indígenas ultrapassam a marca de mais de 370 milhões de pessoas e estão espalhadas por cerca de 70 países.

Tudo começou quando grupos indígenas começaram a se reunir em Genebra, com o objetivo de garantir seus direitos humanos, até ali marginalizados, e assegurar condições dignas de vida. Questões como os impactos sofridos pelos índios, o incentivo à preservação de sua cultura pelo mundo, bem como o patrimônio cultural e histórico dos povos aborígenes foram amplamente discutidas. A partir disso, foi possível instituir a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. O Brasil também foi representado no movimento através de líderes indígenas presentes nos debates. Essa presença foi determinante para deixar claras as necessidades dos índios brasileiros, além de exigir o respeito a suas culturas, diferentes costumes, idiomas e ideias.

De acordo com o primeiro relatório sobre o Estado dos Povos Indígenas do Mundo, emitido pela ONU em janeiro de 2010, em muitos países os povos indígenas estão 600 vezes mais vulneráveis à tuberculose em relação ao resto da população. Já em outras localidades, a estimativa de vida de uma criança indígena é 20 anos menor do que outras crianças não indígenas. As estatísticas são alarmantes e independente da região em que se encontrem, do país de origem, do estado, da cidade ou da tribo à qual pertençam, os índios merecem respeito e dignidade.

Antes de ser uma celebração, o Dia Internacional dos Povos Indígenas deve reconhecer os desafios sofridos pelos índios até os dias atuais. Muito ainda deve ser feito para garantir condições adequadas de vida a esses povos. A pobreza, a violência, mas, principalmente, a discriminação devem ser amplamente combatidas. Há uma carga de muitos séculos de preconceito, extorsão e descaso que o povo indígena carrega sobre seus ombros. Mesmo alcançados pelo texto constitucional, a garantia de seus direitos, previstos em aproximadamente 46 artigos, parece muito longe da realidade fática. Em muitas sociedades, suas línguas, religiões e tradições culturais são estigmatizadas e rejeitadas.



Reinaldo diz que a omissão do governo federal estimulou conflito indígena em MS
SÍTIO MIDIAMAX, 09.08.2014

Juliene Katayama, com assessoria

Candidato a governador, deputado federal Reinaldo Azambuja (PSDB), criticou a omissão do governo do PT que estimulou o conflito agrário em Mato Grosso do Sul nos últimos 12 anos. O tucano esteve em Amambai, na sexta-feira (8), onde se reuniu com lideranças indígenas.

“Não temos que criar um estado de conflito. Nós somos uma família só. Nós vivemos aqui e ninguém tem que tirar direito de ninguém, criando conflitos entre índios e produtores. O governo do PT que estimula essa briga e nós temos que resolver esse problema de uma vez por todas”, afirmou Reinaldo.

O tucano lembrou do encontro realizado na sede da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), na última quarta-feira (6), quando o candidato a presidente Aécio Neves (PSDB) se comprometeu a encontrar um fim para o conflito agrário.

“Só tem perdedor nessa briga. O indígena perde porque está dentro da aldeia sem apoio governamental de uma boa saúde, de educação e de poder produzir e preservar sua cultura. O produtor perde porque não consegue trabalhar e gerar oportunidades e riquezas nessa região”, ressaltou.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Amambai é a cidade sul-mato-grossense que tem a maior população indígena, 7.225. “Eles querem escola, internet, saúde, educação, formar os filhos e cursarem uma faculdade. Eles querem produzir e nós temos que ajudar. Queremos que a paz reine nos campos de Mato Grosso do Sul”, acrescentou.

Reinaldo foi a Amambai acompanhado da candidata à vice-governadora Professora Rose (PSDB) e do candidato a senador Antonio João (PSD).



Empresa acusada por assassinatos e violência contra indígenas continua fechada
SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 09.08.2014

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) indeferiu mandado de segurança que pedia o restabelecimento das atividades da Gaspem, empresa de segurança supostamente envolvida em assassinatos e atos violentos contra indígenas em Mato Grosso do Sul. Foi mantida a liminar concedida ao Ministério Público Federal (MPF) em março deste ano, que determinou o fechamento da sede da empresa em Dourados (MS).

No pedido de suspensão da liminar, a Gaspem alega que a decisão feriu seu direito ao trabalho e interrompeu "vários contratos em vigor (...) com enorme prejuízo para a empresa". Para o MPF, há "perigo de novas agressões e ilícitos executados pela Gaspem, mormente o elevado número de propriedades em litígio (consideradas terras tradicionais pelos indígenas) para a vigilância das quais a demandada está contratada". O desembargador federal Nelton dos Santos seguiu o parecer do Ministério Público Federal e manteve a decisão que determinou o fechamento da empresa.

O MPF classifica a Gaspem como milícia privada que opera "de forma indiscutivelmente ilícita". A investigação revelou que a empresa chegava a receber R\$ 30 mil para cada desocupação violenta. Seguranças eram contratados para intimidar e aterrorizar as comunidades indígenas. Desde 2005 há registros de casos de violência rural contra indígenas com envolvimento da Gaspem. Funcionários da empresa são acusados de fazer ameaças a comunidade guarani-kaïowá Apyka'i (Curral do Arame) e incendiar criminosamente barracos onde vivem as famílias, na BR-463. As comunidades Lagoa Rica, Laranjeira Ñanderu, Ñaderu Morangatu, Sombreiro, Pyelito Kuê e Guaiviry – todas próximas a áreas reivindicadas como tradicionalmente indígenas – também foram alvo da empresa, quando, de acordo com o Ministério Público Federal, "qualquer desocupação de propriedade somente deve ser feita mediante mandado judicial da autoridade competente em processo próprio. Os atos de defesa privada são excepcionais e devem ser exercidos com presteza, proporcionalidade e moderação, sob pena de o possuidor transformar a sua conduta em delito". O proprietário da Gaspem, Aurelino Arce, e funcionários da empresa também são acusados da morte dos índios guarani Dorvalino Rocha e Nízio Gomes. Eles estão presos preventivamente desde 2011. Além dos casos de violência, as investigações do MPF encontraram outras irregularidades na Gaspem, como contratação de vigilantes terceirizados sem curso de formação, porte ilegal de armas, falta de treinamento para manuseio de armamento não-letal e até mesmo fraudes administrativas, como falta de licença para operar. (MPF)



Plano Estadual dos Povos Indígenas será apresentado até final do ano

SÍTIO JORNAL ARAUTO, 09.08.2014

No dia em que se comemora o Dia Mundial dos Povos Indígenas, 9 de agosto, o Governo do Estado confirma que, até o final deste ano, será apresentado o Plano Estadual dos Povos Indígenas, que só foi possível com a abertura de uma relação de diálogo entre Estado e estas comunidades. Partindo da perspectiva de cidadania e direitos igualitários, a construção da proposta está sendo realizada por meio de diálogos e tem como diretriz primordial o respeito ao povo indígena.

"O que estamos fazendo é construir um futuro para um povo que quase nem tem um presente, transformando aquilo que é vontade dos indígenas em políticas públicas", ressalta Maria Luiza, conselheira do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (Cepi).

Em 09 de agosto de 1994, um índio chegou pela primeira vez à sede da Organização das Nações Unidas (ONU), na Suíça, para reclamar seus direitos. A sua determinação sensibilizou os integrantes da Assembleia Geral da ONU, que decidiram instituir nesta data o Dia Mundial dos Povos Indígenas para celebrar a importância e as conquistas deste povo.

No Rio Grande do Sul vivem atualmente mais de 30 mil remanescentes dos povos indígenas, divididos em guarani (9,2%), caingangue (90,6%) e charrua (0,2%). Para atender as demandas desta população, o Governo do Estado intensificou suas políticas especialmente nas áreas da inclusão produtiva, saúde e educação. Com o diálogo direto com as etnias por meio do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (Cepi) e outras instâncias de participação, foram investidos pelo governo mais de R\$ 20 milhões nestas comunidades.

Com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural foi instituído um departamento dirigido às comunidades indígenas. Sendo este um tema transversal, foi tratado por outras pastas como a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos, Educação, Saúde e Habitação.



Boletim de Notícias - Edição nº 139 / 2014

Brasília, 12 de agosto de 2014.

SP – I Agosto Indígena nos CEUs – 2014
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.08.2014



Cursos, seminários, oficinas e apresentações culturais marcarão a I Mostra Cultural Indígena da Rede Municipal de Ensino. O evento, que começa nesta segunda-feira (11/8), vai se estender até o próximo dia 30 em 23 Centros Educacionais Unificados (CEUs). O objetivo é propiciar a formação de educadores, gestores, equipe técnica e demais profissionais da Educação sobre a temática indígena, além de proporcionar aos educadores experiências que possibilitem aprofundar a reflexão a respeito das Histórias e Culturas Indígenas. Também será exibida no mês de agosto, em cada um dos CEUs que recebem a programação, uma Mostra de Cinema Guarani. A mostra é produzida pelo Programa Aldeias da Secretaria Municipal de Cultura.

A I Mostra Cultural “Agosto Indígena nos CEUs/2014” integra um programa de Política Pública de valorização e reconhecimento dos povos originários do Brasil, construído pelas Secretarias Municipais de Educação, Cultura, Direitos Humanos e Cidadania e Promoção da Igualdade Racial de São Paulo e os povos indígenas que habitam a metrópole. A programação foi construída com o objetivo de promover reflexões sobre o protagonismo e a visibilidade das diversas etnias na cidade de São Paulo.

De acordo com dados do Censo 2010 do IBGE, São Paulo é a quarta cidade do Brasil em população indígena que, somada, conta com 12.977 pessoas. A presença indígena encontra-se
CONT.



em aldeias Guarani – Jaraguá: Tekoa Ytu; Tekoa Pyau e em Parelheiros: Tekoa Tenondê Porã; Tekoa krukutu e Tekoa kalipety – e na cidade como um todo encontramos os Pankararé, Fulni-ô, Pankararu, Saterê-mawê, Kariri-xocó, Pankará, Xavante, Tupinambá, Xucuru, entre outras. A Mostra é uma oportunidade para que alunos, educadores e comunidade tenham acesso a vivências culturais protagonizadas pelos indígenas, e possam conhecer a Diversidade Étnica de São Paulo.

Aldeia SP – Além da Mostra de Cinema Guarani nos 23 CEUs, O Centro Cultural São Paulo receberá a partir das 19hs da próxima sexta (15/8) a Mostra de Cinema Indígena Aldeia SP. As sessões vão acontecer nas salas Adoniram Barbosa e Lima Barreto. O evento termina dia 17/8. Os vídeos da mostra são resultado do “Projeto de Implantação de 30 Pontos de Cultura Indígena”, desenvolvido em 2009 e 2010. A realização é da Associação de Cultura e Meio Ambiente, com promoção da Funai, Programas Mais Cultura e Cultura Viva, Ministério da Cultura e Governo Federal. A iniciativa é da Rede Povos da Floresta. O evento será aberto com uma roda de conversa que terá a presença dos secretários de Educação e Cultura do município de São Paulo, além de representantes de povos indígenas como Ailton Krenak, articulador da Rede Povos da Floresta e Álvaro Tukano, fundador da União das Nações Indígenas (UNI), dentre outras autoridades.

Abaixo, a programação nos CEUs da Rede Municipal de Ensino:

CEU Butantã Apresentação Cultural: Canto e Dança Kariri-xocó -26/08 às 14h30 Oficina: Artesanato Pankararé- 26/08 às 14h30 Curso: “A presença Indígena na cidade de São Paulo – Butantã” – 21/08*, 22/08, 26/08*, 28/08 – das 19:00 Às 23:00 Mostra de Cinema Guarani
*Nestes dias o Seminário ocorrerá no CEU Uirapuru.

CEU Uirapuru Oficina: Artesanato Kariri-Xocó – 27/08 às 14h30. Mostra de Cinema Guarani.

CEU Paraisópolis Apresentação Cultural: Ritual da Tucandeira – 12/08 às 10h00, Oficinas: Artesanato KaririXocó Artesanato Xavante – 15/08 às 14h00 Seminário Formativo: A presença indígena na cidade de São Paulo – 12/08 e 13/08 – das 18:30 às 22:30 Mostra de Cinema Guarani.

CIEJA Campo Limpo Seminário, Mostra Fotográfica e Exposição de Artesanato no Sacolão das artes. 25/08 das 09h00 as 17h00.

CEU Três Lagos Apresentação Cultural: Canto e Dança Xavante – 13/08 às 15h00Mostra de Cinema Guarani.

CEU Parelheiros Oficina: Peteca- 26/08 às 12h00. Mostra de Cinema Guarani.

CEU Cidade Dutra Oficina: Artesanato Xavante – 20/08 às 10h00. Mostra de Cinema Guarani.

CEU Vila Rubi Curso: A presença indígena na cidade de São Paulo – Capela do Socorro, início dia 07/08. Mostra de Cinema Guarani.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 139 / 2014

Brasília, 12 de agosto de 2014.

CEU Jardim Paulistano Apresentação Cultural: Canto e Dança Pankararé – 15/08 às 14:30, Oficina: Artesanato Fulni-ô: 13/08 às 14h30, Oficina: Artesanato Pankararé – 13/08 às 9h00. Mostra de Cinema Guarani.

DRE Freguesia do Ó/Brasilândia Curso: “História e cultura indígena: um compromisso de toda a comunidade escolar” – Turma A – dias 09/08, 23/08, 06/09 – Horário: das 8h às 12h, Turma B – dias 11/10, 25/10, 01/11 – Horário: das 14h às 18h.

CEU Inácio Monteiro Apresentação Cultural: Canto e Dança Pankararé – 21/08 às 19h00, Oficinas: Artesanato Fulni-ô – 14/08 às 14h00, Artesanato Kariri-Xocó – 14/08 às 15h00. Seminário Formativo: A Presença Indígena na Cidade de São Paulo – 14/08 e 20/08 das 19:00 às 23:00. Mostra de Cinema Guarani.

CEU Parque Bristol Apresentação Cultural: Canto e dança Xavante – 22/08 às 10h00, Oficinas: Artesanato Xavante – 20/08 às 14h00, Peteca – 20/08 às 10h00. Mostra de Cinema Guarani.

CEU Meninos Seminário Formativo: A Presença Indígena na Cidade de São Paulo – 26/08 e 27/08 das 18:00 às 22:00. Mostra de Cinema Guarani.

CEU Aricanduva Apresentação Cultural: Canto e Dança Pankararé -21/08 às 14h00, Seminário Formativo:A Presença Indígena na Cidade de São Paulo – 18/08 e 19/08 das 18:00 às 22:00. Mostra de Cinema Guarani.

CEU Azul da Cor do Mar Oficina: Artesanato Kariri-Xocó” – 19/08 das 13h30 às 15h00, Língua guarani – 19/08 às 16:00 Mostra de Cinema Guarani.

CEU Jaçanã Apresentação Cultural: Canto e Dança Pankararé – 19/08 às 19h30 (alunos de EJA), Oficinas: Língua Guarani – 18/08 às 09h00 e Artesanato Kariri-Xocó – 21/08 às 14h00 Curso: A presença indígena na cidade de São Paulo – Jaçanã/Tremembé, 16/08, 19/08 e 23/08 Mostra de Cinema Guarani.

CEU Quinta do Sol Oficinas: Artesanato Kariri-Xocó – 19/08 às 10h00 Seminário Formativo: A Presença Indígena na Cidade de São Paulo – 23/08 e 24/08 das 19:00 às 23:00. Mostra de Cinema Guarani.

CEU Tiquatira Oficina: Artesanato Fulni-ô: 18/08 as 10h00. Apresentação Cultural: Canto e Dança Kariri-Xocó, dia 20/08 as 14h00.

CEU Vila Atlântica Apresentação Cultural: Xondaro – 15/08 às 15h00 Oficinas: Língua Guarani – 13/08 às 16h30 e artesanato Kariri-Xocó – 11/08 às 10h00 Mostra de Cinema Guarani. Seminário Formativo: A presença indígena na Cidade de São Paulo – 12/08 às 22:30.

CEU Alvarenga Apresentação Cultural: Xondaro – 12/08 às 16h00, Oficinas: Artesanato Xavante: 11/08 às 10h00 e Peteca: 12/08 às 10:00 Seminário Formativo: A Presença Indígena na Cidade de São Paulo – 13/08 e 15/08 das 18:30 às 22:30. Mostra de Cinema Guarani.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 139 / 2014

Brasília, 12 de agosto de 2014.

CEU Alto Alegre Apresentação Cultural: Ritual da Tucandeira dia 19/08 às 15h00, Oficinas: 22/08 – Zarabatana Guarani às 10h e Peteca Guarani às 15h. Curso: A Presença Indígena na Cidade de São Paulo – São Mateus – 18/09, 19/08 e 20/08 das 18:30 às 22:30. Mostra de Cinema Guarani.

CEU Vila Curuçá Apresentação Cultural: Canto e Dança Kariri-Xocó – 22/08 às 14h00, Seminário Formativo: A Presença Indígena na Cidade de São Paulo – 19/08 e 21/08 das 19:00 às 23:00. Mostra de Cinema Guarani.

CEU Três Pontes Oficinas: Artesanato Fulni-ô – 19/08 às 09h00 e Artesanato Pankararé – 19/08 às 14h00 Mostra de Cinema Guarani.

MOSTRA DE CINEMA GUARANI

Também será exibida no mês de agosto, em cada um dos CEUs que recebem esta programação, uma Mostra de Cinema Guarani, produzida pelo Programa Aldeias da SMC, Veja horários e programação completa nas unidades dos CEUs ou nos sites oficiais das Secretarias.

As sessões acontecem às 15h, 17h e 19:30h.

Confira neste link as sinopses dos filmes que serão apresentados na Mostra de Cinema Guarani.



Estrela Velha receberá recursos mensais para aplicação em saúde nas comunidades indígenas

SÍTIO RÁDIO SOBRADINHO, 09.08.2014

O município de Estrela Velha será beneficiado com recursos mensais para aplicação em saúde nas comunidades indígenas. Os recursos somam Mil reais e vão beneficiar 28 indígenas. Em todo o Estado, 52 municípios receberão entre Mil e Quatro mil por mês, conforme portaria que define o valor de acordo com população indígena registrada.

A Secretaria Estadual da Saúde divulgou nota técnica sobre a aplicação do incentivo financeiro, de acordo com um plano de aplicação desenvolvido pelos gestores municipais. Para a elaboração do plano, a Secretaria Estadual da Saúde, esta indo com uma equipe da coordenação estadual da política indígena até os municípios e se reunindo com secretários de saúde e lideranças indígenas.

Conforme a portaria, "o incentivo poderá ser gasto em despesas de custeio e investimento, qualificação - de acordo com as necessidades, demandas e carências em saúde indígena -, com deliberação pelo Conselho Municipal de Saúde". As demandas apresentadas no plano de aplicação devem contemplar as necessidade sociais da comunidade com a perspectiva do cuidado integral, tanto de vigilância, atenção básica, secundária e terciária.



Cultura indígena exposta em Quissamã

SÍTIO O DIÁRIO, 09.08.2014

Até o próximo dia 31, o Museu Casa de Quissamã recebe a exposição temática "A Cultura Indígena e suas influências". O evento elaborado pela Coordenadoria de Cultura em parceria com o Museu do Índio, conta com o apoio da Casa do Patrimônio Quissamã / IPHAN - RJ - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tendo como objetivo apresentar ao visitante a diversidade e riqueza da cultura indígena de forma dinâmica.

A mostra reúne fotografias e objetos do cotidiano dos povos da floresta. Uma parte da exposição é dedicada ao artesanato utilitário quissamaese que registra as influências dos nativos dessa pátria.

Atividades educativas e ambientação são pontos altos do evento com apresentações de diversas músicas de tribos indígenas. "Os índios foram os primeiros habitantes do território brasileiro, formados por seus diferentes hábitos, costumes, línguas, religiões e crenças. Suas produções e habilidades também caracterizam a cultura de seu povo, que poderá ser conferidas pelos visitantes durante o período da exposição temática", avaliou a coordenadora de Cultura, Marta Medeiros.

O evento faz parte da comemoração do dia do folclore, celebrado no próximo dia 22, e da IV Semana Fluminense do Patrimônio - 2014, que tem o intuito de promover a valorização do patrimônio natural e cultural fluminense e de ampliar o conhecimento da população sobre seu patrimônio em suas mais diversas expressões.



Povo indígena regional terá recurso para atendimento saúde

SÍTIO ON LINE COMUNICAÇÕES, 09.08.2014

Os municípios de Barra do Ribeiro e Camaquã, na região Centro-Sul, serão beneficiados com recursos mensais para aplicação em saúde nas comunidades indígenas.

Os recursos somam R\$ 7 mil na região e vão beneficiar 363 indígenas.

Em todo o estado 52 municípios receberão de R\$ 1 mil a R\$ 4mil por mês, conforme previstos na portaria 41/2013 que define o valor de acordo com população indígena registrada.

A Secretaria Estadual da Saúde (SES/RS) divulgou nota técnica sobre a aplicação do incentivo financeiro, que será feito conforme um plano de aplicação desenvolvido pelos gestores municipais.

Para a elaboração do plano, a Secretaria Estadual da Saúde (SES), esta indo com uma equipe da coordenação estadual da política indígena até os municípios e se reunindo com secretários de saúde e lideranças indígenas.

Conforme a portaria, "o incentivo poderá ser gasto em despesas de custeio e investimento, qualificação - de acordo com as necessidades, demandas e carências em saúde indígena -, com deliberação pelo Conselho Municipal de Saúde".

As demandas apresentadas no plano de aplicação devem contemplar as necessidade sociais da comunidade com a perspectiva do cuidado integral, tanto de vigilância, atenção básica, secundária e terciária.

Recursos destinados aos municípios da região:

Barra do Ribeiro 223 índios R\$ 4.000

Camaquã 140 índios R\$ 3.000



Indígenas declaram apoio a Riva

SÍTIO FOLHAMAX, 10.08.2014

Índios da etnia Xavante do município de Campinópolis, no leste do Estado, declararam apoio à candidatura de José Riva (PSD) ao governo de Mato Grosso neste domingo (10), durante reunião com lideranças políticas, empresariais e comunitárias da cidade.

Apenas em Campinópolis, são nove mil xavantes, distribuídos em mais de cem aldeias. A cidade é a que mais conta com índios de uma mesma etnia em todo o Brasil e eles são maioria no município, que possui 12 mil habitantes. Em todo o Estado, são 21 mil índios da etnia.

De acordo com o líder indígena Serere Xavante, os índios xavantes apoiam Riva ao governo em função do trabalho desenvolvido no município e em todo Mato Grosso.

“Estamos com Riva pela história construída no nosso Estado, competência, envolvimento, convivência com povos indígenas, políticas sociais através dele serão feitas para nós, com a valorização dos índios. Temos o propósito de apoiar Riva, estamos empenhados, abraçando essa campanha”, declarou.

Líder jovem da aldeia São Felipe, Beto Tseredze disse que a juventude indígena também apoia Riva ao governo. “Estamos apoiando Riva para vencer, porque somos jovens, temos futuro e ele tem essa visão de futuro. Por isso, é o nosso futuro governador”, afirmou.

Entre as solicitações dos xavantes para Riva está a demarcação de terras indígenas, investimento na agricultura familiar, melhoria no transporte e saneamento básico.

Riva agradeceu o apoio da comunidade indígena de Campinópolis e afirmou que continuará trabalhando pelo município enquanto governador, assim como fez durante os mandatos de deputado estadual.



Pastor indígena é alvo de feitiçaria em Cauca, Colômbia

SÍTIO CPAD NEWS, 10.08.2014

Justificativa é que a difusão do Evangelho é considerada uma afronta às tradições culturais indígenas

"Comecei a passar mal e a me sentir fraco, e vários membros da igreja tiveram os mesmos sintomas. Quando encontramos os bonecos, sabíamos que a comunidade indígena estava fazendo bruxaria contra nós", compartilhou o pastor. "Isso aconteceu porque as autoridades indígenas se opõem aos cristãos e à pregação do Evangelho em nossos territórios".

O pastor Contreras *, da Igreja Evangélica Nasa, relatou à Portas Abertas que membros de sua congregação encontraram vários bonecos com agulhas espetadas, remetendo a práticas de bruxaria. Embora a lei estabeleça a liberdade religiosa na Colômbia, existem normas dentro dos territórios indígenas, aprovadas pelo Estado, que proíbem a pregação da Bíblia. A justificativa é que a difusão do evangelho é considerada uma afronta às tradições culturais indígenas.

Sob esse pretexto, os cristãos indígenas são perseguidos, expulsos de seus territórios e privados de seus direitos a educação, saúde e trabalho. A Portas Abertas tem desenvolvido vários projetos para remediar essas questões.

O pastor conta que se trata de uma situação recorrente, que tem resultado no abandono da fé por parte de vários membros da igreja. Alguns saíram da igreja e voltaram para os seus antigos rituais de bruxaria. Aqueles que permaneceram em oração e jejum têm visto, aos poucos, a situação melhorar. O pastor conseguiu se recuperar de seus antigos problemas de saúde.

Pedidos de oração

- Ore pela proteção do pastor e sua família; ore também pela segurança e fortalecimento espiritual das congregações indígenas em toda a Colômbia.
- Ore pelos projetos da PA nos territórios indígenas de ministração aos crentes que enfrentam perseguição por causa de sua fé em Jesus.

*Os nomes foram alterados por motivo de segurança.



Licença prévia para mineroduto da Manabi será votada nesta semana em Minas Gerais
SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 10.08.2014

Em nota, entidades classificam o mineroduto como "saque das águas" e alertam para impactos às comunidades tradicionais

Nesta quinta-feira (14), será votada no Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) de Minas Gerais a emissão da licença prévia (LP) para o início das instalações do mineroduto Morro do Pilar - Linhares, empreendimento da Manabi que ligará a mina de extração de minério ao superporto de exportação planejado para o litoral norte capixaba.

A LP seria votada em uma reunião no último dia 21 de julho. Entretanto, de acordo com o jornal mineiro O Tempo, conselheiros componentes do Copam ligados aos Ministérios Públicos Federal e Estadual, as federações da indústria (Fiemg) e da agropecuária (Faemg) e universidades federais pediram vistas do projeto. Como informa o jornal, a capacidade dos recursos hídricos e a presença de comunidades quilombolas na área afetada estão entre as principais polêmicas do processo.

O Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) do mineroduto ignora completamente a presença de 15 comunidades quilombolas identificadas no traçado do mineroduto, e sequer as considera em sua área de impacto direto, o que pode provocar a fragmentação desses povos, como alertou, em entrevista ao O Tempo, a professora do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Andréa Zhouri, que também é coordenadora do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (Gesta/UFMG).

Um parecer favorável à instalação do mineroduto já foi emitido pela Superintendência Regional de Regularização Ambiental (Supram) do Jequitinhonha, órgão ligado à Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais. De acordo com o jornal mineiro, o parecer da superintendência afirma que o EIA/Rima da Manabi considerou inexistentes as comunidades quilombolas, mas em uma parte do documento solicita que sejam informadas a existência de comunidades tradicionais e remanescentes quilombolas que possam sofrer os impactos negativos do mineroduto.

Repúdio

Na semana anterior à reunião que decidiria sobre a emissão da LP do mineroduto, entidades divulgaram carta pública em que contestam a possível emissão da licença prévia da mina de extração da Manabi, no Morro do Pilar, em Minas Gerais. O grupo, que soma ao todo 100 organizações entre sindicatos, organizações da sociedade civil e ambientalistas, expõe na carta a realidade das comunidades que são afetadas por esse tipo de exploração, que causa danos severos à qualidade de vida, do trabalho e do meio ambiente locais.

CONT.



Na ocasião, as organizações já alertavam que a reunião para a emissão da LP aconteceria sem a devida análise dos impactos cumulativos regionais, da salvaguarda de novos territórios de proteção ambiental e das projeções futuras de demanda hídrica, da fragmentação das unidades familiares, do processo fragmentado de licenciamento e do método de negociação utilizado pela empresa.

"Manifestamos para a sociedade nossa indignação perante a possibilidade de mais um licenciamento de mineração irresponsável em Minas Gerais. Em tempos de insegurança sobre o abastecimento de água, ameaça de crise energética, de desmatamento recorde e outros ataques ao meio socioambiental, o que seguimos assistindo é o aprofundamento do caráter primário-exportador de nossa economia, que amplia as amarras do subdesenvolvimento de nosso Estado e de nosso País", afirmam, e posteriormente questionam a real compensação estipulada nas 42 condicionantes impostas para a emissão da licença.

Considerando os danos provocados pelo mineroduto Minas-Rio, da Anglo American, as organizações afirmam que o mineroduto da Manabi pretende repetir o rastro de destruição e saque das águas que já aconteceram, e destacam a criação de mais um porto no Espírito Santo, depois dos oito já existentes, que mais uma vez desrespeita comunidades tradicionais e causa um dano irreversível à biodiversidade.

Entre as 100 organizações que assinaram a carta, estão a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente a Mineração, a Campanha Pelas Águas e contra o Mineroduto da Feroz, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq), a Central Única dos Trabalhadores (Cut), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), o Fórum Carajás, o Grupo de Extensão Universitária Organon da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), o Greenpeace, o Instituto Socioambiental (Isa), o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), a campanha Justiça nos Trilhos, a Justiça Global, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Rede Brasileira de Justiça Ambiental e o Sindicato Unificado da Orla Portuária (Suport-ES).



Indígenas isolados: ameaças e risco de desaparecimento aumentam na América do Sul

SÍTIO CIMI, 11.08.2014

Marcela Belchior,
Adital

Nos últimos dias, coincidentemente dias após o contato inicial de uma comunidade indígena na região da Amazônia brasileira com representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), ameaçada pelo avanço da extração de madeira ilegal na região, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização de Estados Americanos (OEA) publicou um informe sobre a situação dos povos indígenas que não foram colonizados e não possuem relação permanente com as sociedades hegemônicas atuais. O documento "Povos indígenas em isolamento voluntário e contato inicial nas Américas" faz sérias recomendações para evitar que essa população desapareça ou se torne cada vez mais vulnerável.

Segundo a CIDH, atualmente, há uma demanda alta e crescente de recursos naturais que se encontram em territórios de povos originários, como madeira, hidrocarbonetos, combustíveis fósseis, minerais e recursos hídricos. Essa busca econômica provoca a incursão de pessoas não índias às suas terras, colocando em risco sua existência.

No continente americano, é sabido da presença de povos indígenas em situação de isolamento voluntário ou contato inicial na Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela. Há indícios também de sua presença na Guiana e Suriname, na região fronteiriça com o território brasileiro. De acordo com a Comissão, os Estados sul-americanos têm reconhecido, de diferentes maneiras e níveis de proteção, mais de 9 milhões de hectares a favor dessas comunidades.

"Apesar dessas proteções jurídicas, na prática as proibições de acesso a essas áreas nem sempre são respeitadas, nem são realizadas ações para se fazê-las cumprir", ressalta a CIDH. As consequências, aponta a Comissão, são violações ao direito à vida e integridade desses povos.

"As agressões físicas diretas, as incursões a seus territórios para extrair recursos naturais, as epidemias, a escassez de alimentos e a perda de sua cultura, todas pressupõem um contato", explica a Comissão. "Se for eliminado o contato não desejado, também será eliminada a maioria das ameaças e garantido o respeito aos direitos desses povos", acrescenta.

A CIDH aponta também que existem contatos deliberados, como o caso do ingresso de missões religiosas, que buscam evangelizá-los (por exemplo, a New Tribes Mission e a Summer Linguistic Institute, ambas dos Estados Unidos), e projetos científicos de diversos tipos. Os povos originários ainda são ameaçados por projetos de turismo, como o "turismo de aventura", que tratam o contato com as comunidades indígenas como um "atrativo turístico". Da mesma maneira, o narcotráfico figura, hoje, como ameaça crescente.

CONT.



Além desses problemas, o organismo indica que atividades em áreas próximas às aldeias podem contaminar rios e outras fontes hídricas, enquanto atividades de exploração podem afugentar a fauna da zona, da qual dependem os indígenas para sua alimentação e sustento. Exemplos disso são empresas petrolíferas de agências estatais, que se sobrepõem a áreas protegidas frequentemente, assim como a mineração ilegal ou casos de agricultura e pecuária dentro de territórios indígenas. Outras fontes de danos são: a construção de estradas, projetos hidroelétricos e demais obras de infraestrutura.

Recomendações para proteção

Diante desse problema e risco, a CIDH recomenda que seja reconhecida a existência desses povos e seu direito à autodeterminação, incluindo o direito a decidir permanecerem isolados ou em contato inicial. Exige ainda a proteção de das terras, territórios e recursos naturais, condição essencial para sua existência, e a necessidade de que o Estado assegure o respeito e a garantia do princípio de não contato por parte de qualquer pessoa ou grupo.



Indígenas invadem pela terceira vez salão comunitário

SÍTIO VANG FM, 11.08.2014

Na tarde de sábado, dia 09, indígenas da localidade de Campo do Meio, em Gentil, invadiram pela terceira vez, o Centro Comunitário da Comunidade Nossa Senhora da Conceição.

De acordo com nota publicada em rede social pelo pároco da Paróquia Santo Antônio, Dalci Debastiani, lideranças da comunidade precisaram interromper a catequese e o culto que estavam sendo realizados, devido ao clima de animosidade gerado.

O mesmo documento foi encaminhado ao Arcebispo da Arquidiocese de Passo Fundo João Carlos Altieri.

Em contato com o Prefeito Vanderlei Ramos do Amaral, na manhã desta segunda-feira, dia 11, informou que o salão comunitário está desocupado. No entanto, revelou que os indígenas retiraram o cadeado pertencente à comunidade e substituíram por outro. Segundo o prefeito, a Mitra Diocesana, deve comunicar a Justiça Federal sobre o incidente.

Confira abaixo a nota publicada pelo religioso de Gentil:

Urgente! Urgente! Situação limite

Por uma questão de consciência quero registrar publicamente a minha avaliação quanto à situação da "favela indígena" de Campo do Meio – distrito de Gentil, expressão do Procurador Rodinei Cadeias. Fui comunicado nesta tarde – 09 de agosto - enquanto estava celebrando numa comunidade vizinha de Campo do Meio que os indígenas invadiram pela terceira vez o Centro Comunitário da Comunidade Católica Nossa Senhora da Conceição. Desloquei-me para Campo do Meio para manter contato com algumas lideranças da comunidade. Relataram que tiveram de interromper a catequese e o culto que estavam realizando diante do clima de animosidade que estava sendo gerado, colocando em risco principalmente as crianças da comunidade católica e das próprias crianças indígenas. Estou profundamente apreensivo em relação à ousadia indígena que não cumprem com as leis, agem com violência verbal, desrespeito e zombaria. Atitudes provocativas aos brancos são constantes. A comunidade não sabe mais a quem recorrer. Até quando o descaso, a indiferença, a omissão? A quem cabe resolver a questão não o faz. Percebi que diante desse clima a tolerância está esgotada. Temo que a qualquer momento a Faixa de Gaza será transposta para o distrito de Campo do Meio. Prefeito, padre, lideranças, pessoas de bom senso e de boa vontade já não conseguem mais conter a tensão, o acirramento dos ânimos, as provocações o terrorismo velado que existe nas ações indígenas. Estratégias criadas pelos mentores que agem as ocultas, que dão o tapa e escondem a mão porque temem identificar-se e agir às claras. Aproveitam-se, inclusive economicamente dos recursos que os indígenas recebem da FUNAI, fruto dos impostos de quem trabalha neste país. Já reafirmei diversas vezes junto à comunidade que meu compromisso como sacerdote é com a comunidade católica, agricultores familiares que

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 139 / 2014

Brasília, 12 de agosto de 2014.

labutam diariamente em suas propriedades para produzir o alimento diário dos brasileiros. Não tenho compromisso com os índios que religiosamente todos se declaram e praticam outra denominação religiosa. Mesmo que alguns índios se declarassem católicos a convivência comunitária com os brancos se tornaria impensável, impossível e totalmente descartável. Seria como tentar misturar água com azeite. Diante de um clima de hostilidade, insegurança, medo, tolerância que chegou a zero o barril de pólvora está prestes a explodir. Este relato é fruto de um dever de consciência para alertar as pessoas de bom senso e de boa vontade sobre a gravidade da situação e também para não pecar por omissão.

Pe. Dalci Debastiani – Pároco de Gentil

Autor: Jornalismo Vang/JM



Fazendeiro some no sul da BA; filha diz que índios mantêm homem refém
SÍTIO G1, 11.08.2014

Participação de índios não foi confirmada pela polícia, que apura sequestro. Vaqueiro que estaria com vítima no momento do sequestro foi ouvido.

A filha de um fazendeiro, proprietário de uma pequena terra na região do sul da Bahia, denuncia índios por manter o pai refém na sede da Fazenda Brasília, localizada no distrito São João do Monte, a cerca de 700 km de Salvador. O registro foi feito na manhã desta segunda-feira (11), na Delegacia Territorial da cidade de Itabela. De acordo com Núbia Alves dos Santos, existe um conflito entre indígenas e fazendeiros desde o início do ano por posse de terras na região. A polícia confirma o desaparecimento do produtor rural, mas ainda não a participação de índios.

Segundo o escrivão da unidade policial, o vaqueiro que acompanhava o fazendeiro informou que cerca de 30 homens armados com revólveres, pistolas e espingardas sequestraram o produtor no último sábado (9). Ainda de acordo com o escrivão, o vaqueiro relatou que os homens se autodenominavam como índios.

Em depoimento, o vaqueiro relatou que conseguiu fugir pelo mato e andou 14 km até conseguir ajuda com moradores que levaram ele até o município de Itamaraju. Segundo a polícia, o vaqueiro também informou que o local onde ocorreu o crime é uma invasão e não uma reserva indígena como os suspeitos haviam dito. O caso está sob a responsabilidade do delegado titular José Hermano Costa. Ainda segundo a polícia, o caso foi informado à Funai e à Polícia Federal (PF). O G1 tentou contato com os dois órgãos, mas até a publicação desta reportagem não obteve retorno.

Relato da família

De acordo com Núbia, o produtor Raimundo Domingues Santos teria recebido um comunicado de um cacique na sexta-feira (8) para buscar animais e pertences que estavam na fazenda ocupada pelos índios. Ao chegar no local, na manhã de sábado, ele foi feito refém.

"Eles estão alocados na propriedade de meu pai e de outros fazendeiros também. Quando ele chegou lá, verificou que estava faltando alguns animais e recebeu a informação que o cacique da tribo queria falar com ele. Foi aí que ele seguiu para a fazenda em que o cacique estava", relatou Núbia.

A filha do produtor informou que ele conversou com o cacique, mas ao sair para ir embora, foi amarrado e agredido pelos índios, que estavam armados. Núbia também acrescenta que o compadre do fazendeiro estava com ele, mas foi liberado pelos índios.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 139 / 2014

Brasília, 12 de agosto de 2014.

"Não sabemos nada sobre ele. Eles omitem a informação e falam que já o liberou. Que ele já saiu desde sábado. Ele entrou e não saiu lá de dentro. Já procuramos a Polícia Federal e não dão suporte. Procuramos o batalhão de porto seguro", afirmou em entrevista ao G1.

Após prestar queixa na delegacia de Itabela, Núbia revelou que fará uma denúncia também na Procuradoria Federal. "Vamos conversar com eles para que eles possam intervir nesse caso com urgência". Até a publicação desta reportagem, às 9h50, Raimundo permanecia refém dos indígenas.



Nota do Cimi contra a privatização da Atenção à Saúde Indígena no Brasil

SÍTIO CIMI, 11.08.2014

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) vem a público manifestar preocupação e repudiar a proposta que está sendo gestada, no âmbito do Ministério da Saúde, de "reforma na política de atenção à saúde indígena". O governo federal trabalha em direção à privatização das ações e serviços no âmbito da saúde para os povos indígenas. Como instrumento para tanto, gestores públicos planejam a criação de um novo ente, o Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI), que deverá ser o órgão responsável pela execução das ações de atenção à saúde dos povos indígenas em todo o país.

Segundo informações colhidas no próprio Ministério da Saúde, o secretário Especial de Saúde Indígena, Antônio Alves, esteve, no dia 1º de agosto, no gabinete do ministro, Arthur Chioro onde propôs a criação do INSI. A iniciativa ocorre apenas quatro anos depois da criação da Sesai, fruto de uma grande mobilização do movimento indígena em todo o país, visando o reconhecimento da saúde indígena como uma política pública ligada diretamente ao gabinete do ministro da Saúde, em substituição à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) que promovia a terceirização e a privatização da saúde indígena.

Com a aproximação do prazo estabelecido no Termo de Conciliação Judicial (TCJ) assinado pelo Ministério da Saúde (MS) e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e Ministério Público Federal (MPF), que prevê a substituição de todos os profissionais da saúde indígena que atuam através de convênios e contratos temporários da União (CTU) por servidores públicos efetivos, no prazo máximo de 31 de dezembro de 2015, gestores da política de atenção à saúde indígena propõem um rearranjo com o intuito de 'criar um novo modelo institucional para atendimento às populações indígenas', em flagrante oposição ao Sistema Único de Saúde (SUS) e à Política de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

O modelo a ser adotado seria copiado da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, citada como a 'primeira instituição pública não estatal brasileira'. De acordo com avaliação dos segmentos sociais nas Conferências Nacionais de Saúde, o modelo dos Hospitais da Rede Sarah tem sido considerado a forma mais explícita de terceirização, privatização e desperdício de dinheiro da saúde pública no país, devido aos elevados custos de administração e execução dos serviços prestados e falta de controle social sobre a gestão dos hospitais ligados à Rede.

O argumento central dos gestores ligados à Sesai para a criação do INSI é a alegada inviabilidade da realização de concurso público para provimento do pessoal da saúde indígena. A proposta do Concurso Público Específico e Diferenciado é uma bandeira do movimento indígena desde as primeiras Conferências de Saúde Indígena no final do século passado. Para que este concurso pudesse alcançar os objetivos almejados seria preciso criar os mecanismos legais adequados, inclusive com a regulamentação das categorias profissionais de Agente Indígena de Saúde e demais profissionais indígenas. Seria necessária uma articulação ampla

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 139 / 2014

Brasília, 12 de agosto de 2014.

envolvendo, dentre outros, os ministérios da Saúde, do Planejamento, do Congresso Nacional e a Presidência da República. No entanto, nada disso se fez e agora, uma vez mais, tentam redefinir os caminhos da política, dentro dos gabinetes na capital federal, sem discussão e debates com os principais interessados, os povos indígenas.

Dentre outras questões graves, na proposta de criação do INSI está definida a existência de um Conselho Deliberativo, que seria a instância máxima de decisão da organização, onde dos treze membros do colegiado seriam concedidas apenas 'três vagas' para representantes de organizações indígenas, desrespeitando o princípio da paridade entre os segmentos dos gestores e trabalhadores e o segmento dos usuários indígenas, um dos princípios basilares do Sistema Único de Saúde (SUS).

No entender do Cimi, a Sesai através de seus administradores, excluiu os povos indígenas, o Conselho Nacional de Saúde e a Comissão Intersectorial de Saúde Indígena (Cisi) dos debates e do processo de discussão acerca da proposta de criação deste instituto. É lamentável o desrespeito com que o governo trata as populações indígenas e mais uma vez isso fica demonstrado através desta reforma absurda, que segue na contramão de tudo o que tem sido proposto e construído pelos povos indígenas nas últimas décadas. É mais um ataque a ser enfrentado com indignação e vigor por todo o movimento indígena e seus aliados na luta em defesa do SUS e pela efetivação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

Brasília-DF, 11 de agosto de 2014

Conselho Indigenista Missionário



Nota do Centro de Trabalho Indigenista sobre a matéria Terra Contestada, publicada no jornal Diário Catarinense

SÍTIO CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA, 11.08.2014

Centro de Trabalho Indigenista

São Paulo, 11 de Agosto de 2014

O Centro de Trabalho Indigenista (CTI), entidade da sociedade civil empenhada em defender os direitos dos povos indígenas do país, vem a público manifestar sua contrariedade em relação ao caráter tendencioso da matéria publicada na última semana no jornal Diário Catarinense, sob o título de "Terra Contestada", que versa sobre o processo de demarcação da Terra Indígena Morro dos Cavalos, localizada no município de Palhoça/SC.

Por meio de um "especial", dividido em cinco partes, busca-se induzir a conclusão de que as décadas de luta dos Guarani do Morro dos Cavalos pela demarcação de suas terras tradicionais seriam fruto da manipulação de "agentes externos". Trata-se de uma visão racista e preconceituosa, por supor que os Guarani não seriam conscientes de suas próprias ações e escolhas. Alega-se que os indígenas estariam simplesmente querendo usufruir de um "desenvolvimento" que se limitaria ao acesso aos bens de consumo da sociedade ocidental, que lhes estariam sendo negados pela FUNAI ou por ONGs.

Supreendentemente, entretanto, a reportagem não se dispôs a escutar nenhum indígena que habita a Terra Indígena Morro dos Cavalos, nem mesmo a cacique da aldeia. A "versão dos indígenas" é ilustrada unicamente por Milton Moreira, que não habita o Morro dos Cavalos há anos, e cujos argumentos e posição não são sustentados por nenhum outro guarani.

Em relação às insinuações a respeito de uma suposta fraude no processo demarcatório e às menções ao CTI, cumpre esclarecer que ao contrário do que infere a reportagem, o processo de regularização da Terra Indígena Morro dos Cavalos foi e continua sendo de responsabilidade exclusiva da Fundação Nacional do Índio e da União. O Centro de Trabalho Indigenista não tem qualquer atribuição nesse processo. Enquanto organização da sociedade civil, o que nos cabe é cobrar e monitorar o Governo para que se cumpram as obrigações constitucionais de garantir os direitos originários dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

Não obstante, não há nenhum segredo no fato de que a antropóloga Maria Inês Ladeira, que trabalha no CTI, coordenou os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Morro dos Cavalos pois foi designada oficialmente e por meio de ato público para tal função. Sua nomeação como coordenadora do grupo técnico que realizou os referidos estudos segue rigorosamente os termos do artigo 2º do Decreto nº 1775/96, que regulamenta o processo demarcatório das terras indígenas no país, e determina que é preciso antropólogo de "qualificação reconhecida" para realização desse trabalho.

CONT.



CONT.

A qualificação acadêmica de Maria Inês Ladeira é inquestionável, e seus trabalhos são referência fundamental para quaisquer pesquisadores que se debrucem sobre a etnologia dos povos guarani. Suas pesquisas de Mestrado e Doutorado sobre os Guarani foram realizadas em instituições de excelência, foram publicadas por editoras de ilibada reputação acadêmica, e permanecem sendo lidas e debatidas nas Universidades do país. Não há outro motivo que fundamente a sua nomeação pela FUNAI enquanto coordenadora do grupo técnico que elaborou o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Morro dos Cavalos senão o de sua qualificação enquanto antropóloga especialista no povo guarani, nos termos da legislação vigente.

Por outro lado, o Diário Catarinense embasa o descrédito aos estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Morro dos Cavalos em um suposto laudo produzido por Edward Luz, que estaria protocolado no processo que tramita no Supremo Tribunal Federal. Da mesma maneira, o Diário Catarinense concede amplo espaço a Edward Luz para que ele destile uma série de acusações levianas contra o CTI, contra a antropóloga Maria Inês Ladeira, contra a FUNAI, e contra quaisquer órgãos ou pessoas que trabalhem pela garantia dos direitos constitucionais dos povos indígenas. Cumpre apontar que não consta dos autos da Ação Cível Originária que tramita no STF qualquer laudo, relatório, nota técnica, ou manifestação do dito antropólogo, e portanto não podemos tomar conhecimento dos seus argumentos ou sequer confirmar se o referido laudo de fato existe. Se o relatório existe, cumpriria ao Diário Catarinense apresentá-lo como fonte.

De todo modo, lembramos que Edward Luz foi formalmente desligado da Associação Brasileira de Antropologia, a principal instituição científica do país no âmbito da disciplina, pois o Conselho Diretor da Associação entendeu que a postura profissional deste senhor atenta contra Estatuto e o Código de Ética da Instituição. Não bastasse, o Sr. Edward Luz nunca publicou nenhum trabalho acadêmico sobre o povo Guarani, pelo que se poderia concluir que o dito antropólogo não apresenta a “qualificação reconhecida” – exigida, como se disse, nos termos da legislação vigente– que justifique a validade de seus argumentos ou sua veiculação acrítica, como foi feito irresponsavelmente por este periódico.

Nós, do CTI, acreditamos na justiça e na liberdade de expressão como direito fundamental, mas não podemos deixar de apontar que o jornalismo é serviço de relevância pública e não deveria ser exercido de maneira leviana e descomprometida com a verdade, como desta vez se apresenta. Infelizmente, a matéria Terra Contestada do Diário Catarinense em nada contribui para o país ao buscar construir uma imagem preconceituosa dos indígenas como “empecilho” ao desenvolvimento, jogando sombras sobre um caso que merece toda a seriedade dos poderes públicos e da sociedade para uma solução adequada, que permita o respeito aos direitos dos povos originários e a defesa do genuíno interesse público. Muito pelo contrário, mais uma vez penaliza os Guarani que já se encontram em situação de fragilidade pela morosidade no reconhecimento de seus direitos territoriais.



Justiça determina prisão preventiva de envolvidos em invasão de terras indígenas
SÍTIO PR/MT, 11.08.2014

A Justiça Federal acatou os argumentos do Ministério Público Federal e, nesta segunda-feira (11/08), converteu as prisões temporárias decretadas contra Sebastião Prado e Elias Alves Gabriel em prisões preventivas.

Sebastião Prado foi preso na quinta-feira (07/08) durante a deflagração de operação para desarticular uma organização criminosa envolvida com a invasão da Terra Indígena Marãiwatsédé, da etnia Xavante, em Mato Grosso. Elias Alves Gabriel ainda está foragido.

Em relação a Sebastião Prado, a Justiça Federal entendeu que a decisão de prisão temporária “narrou fatos extremamente graves supostamente praticados pelo grupo, em especial por ele, que, na condição de presidente da Associação dos Produtores Rurais da Suiá-Missu, estaria financiando e auxiliando a prática de diversos atos criminosos, entre eles, lesão corporal, dano e furto qualificado, incêndio, invasão de terras públicas e possíveis atos de corrupção.”

Quanto à prisão de Elias Gabriel, entendeu a Justiça que o fato de encontrar-se foragido evidencia a intenção de frustrar a aplicação da lei penal.

“Não vislumbro como eficaz nenhuma das medidas substitutivas de prisão cautelar, pois nenhuma tem o efeito de impedir as condutas relacionadas aos crimes ora apurados, permitindo o livre trânsito dos investigados, o que lhes permitirá continuar na reiteração da prática delituosa”, afirma o juiz em decisão.

Quanto aos outros três integrantes da organização que haviam sido presos na semana passada, Renato Teodoro da Silveira Filho (ex-presidente da Aprosum), Osvaldo Levino de Oliveira (vereador em Alto Boa Vista) e João Ribeiro Camelo, o MPF entendeu que o interrogatório e os documentos já apreendidos são suficientes para a instrução de futura ação penal, razão pela qual não foi requerida a prorrogação da prisão dos investigados.

Tipos de prisão - A prisão temporária é uma modalidade de prisão utilizada durante uma investigação. Geralmente é decretada para assegurar o cumprimento de uma determinada diligência imprescindível para as investigações. A prisão preventiva, por sua vez, pode ser decretada tanto durante as investigações, quanto no decorrer da ação penal, desde que preenchidos os requisitos para sua decretação, conforme prevê o artigo 312, do Código Processual Penal: garantia da ordem pública e da ordem econômica (impedir que o réu continue praticando crimes); conveniência da instrução criminal (evitar que o réu atrapalhe o andamento do processo, ameaçando testemunhas ou destruindo provas); assegurar a aplicação da lei penal (impossibilitar a fuga do réu, garantindo que a pena imposta pela sentença seja cumprida).



Filme etnográfico narra histórias de artesãs em Alcântara (MA)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.08.2014

por Carol Neves, Fapema

A vida das mulheres no quilombo de Itamatatuiua em Alcântara – MA começa cedo. A rotina inicia em buscar água potável na fonte, cuidar da lavoura, colocar os animais no pasto, arrumar as crianças para ir para a escola e então ir para o trabalho, no Centro de Produção de Cerâmica. Louças das mais diversas são produzidas pelas artesãs de Itamatatuiua, que acabaram criando uma identidade para a comunidade onde vivem, com o artesanato local.

A designer gráfica, Raquel Noronha e sua equipe, acompanharam a rotina e registraram no dia-a-dia, o ofício dessas artistas. Esse registro tornou-se um documentário de 15 minutos, chamado “À mão e fogo”, tendo sido um dos filmes participantes do 37º Festival Guarnicê de Cinema, em São Luís – MA.

O curta metragem faz parte do projeto Iconografias do Maranhão, coordenado pela professora mestre Raquel Noronha e apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA, por meio do edital Universal 2012.

A produção do audiovisual teve duração de oito meses e captou cerca de 200 horas de conversas e imagens junto às artesãs participantes do filme. A equipe do projeto, estudantes do curso de Design da Universidade Federal do Maranhão – UFMA participou de oficinas de roteiro e filmagem. Cada etapa da produção foi realizada junto às artesãs, que colaboraram na construção da narrativa do filme.

O documentário é parte dos estudos nas áreas de Antropologia e Design da professora Raquel Noronha que está ligada ao Departamento de Desenho e Tecnologia da UFMA.

Questões como “quanto custa levar o quilombo para casa, na forma de um souvenir? Qual o valor atribuído pelos turistas que chegam a Itamatatuiua? são levantadas no curta. O objetivo foi “registrar os aspectos culturais da produção cerâmica, um saber-fazer que encontra-se em risco de se perder, pela falta de continuidade da produção pelas jovens do povoado”, disse Raquel.

A professora complementa: “À mão e fogo é um filme experimental. É minha primeira investida no mundo do audiovisual e a intenção principal foi estabelecer um diálogo com as artesãs de Itamatatuiua. A partir da construção das imagens foi possível aprofundar meu entendimento sobre aquela realidade, sobre aquele saber-fazer e sobre aquelas mulheres. Aprendi a olhá-las, representando-as”, finaliza Raquel Noronha.

–

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mayron Borges.



Foirn denuncia descaso e questiona "onde vai parar o dinheiro da Saúde Indígena?"
SÍTIO CIMI, 12.08.2014

Lideranças indígenas realizaram no dia 27 de julho uma avaliação da situação da saúde indígena na região do Rio Negro. Em levantamento participativo, identificaram os problemas administrativos como o principal entrave para a plena execução das ações previstas no modelo de atenção à saúde indígena. No dia 6 de agosto, as lideranças, em reunião na Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, aprovaram uma Carta Aberta denunciando o total descaso com a saúde indígena e propondo a adoção urgente de um conjunto de medidas para "destravar" a saúde indígena.

Na Carta, as lideranças indígenas denunciam a precariedade da situação de infraestrutura, de equipamentos (foto abaixo) e de fornecimento de insumos para o atendimento com qualidade dos indígenas nas comunidades e nos postos de atendimento de referência (Polo Base); as condições inadequadas para o transporte das equipes de saúde e dos pacientes, pois faltam motores e botes de alumínio (foto ao lado); a continuidade da terceirização na contratação dos profissionais e a falta de uma política de profissionalização dos Agentes Indígenas de Saúde e de Saneamento, dentre outros problemas que são sintomas de uma crise de gestão administrativa que prejudica os serviços nas comunidades indígenas pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Esses problemas vêm desde sua implantação, quando estava na responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e continuam os problemas na gestão da Secretaria Especial da Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde.

Apesar do volume de recursos destinados à saúde indígena ter quadruplicado nos últimos quatro anos, segundo a Sesai, os resultados alcançados estão muito longe de corresponder a este grande investimento. Os povos indígenas continuam morrendo com doenças que poderiam ser prevenidas. "Onde vai parar o dinheiro da Saúde Indígena todos os anos? Por que os órgãos controladores não fazem nada? As ações até hoje para melhorar a saúde indígena não tiveram efeitos. Há violação dos direitos indígenas, legítimos e garantidos constitucionalmente, na área de saúde. Por isso devem ser investigadas todas as práticas de gestão administrativa no Subsistema e que apontam mudanças. Os povos indígenas do Rio Negro, que representam 10% do Brasil, querem saber para onde foi parar o dinheiro da saúde indígena", afirma trecho da Carta.

O Movimento pela Saúde Indígena do Rio Negro concluiu que o controle social é uma farsa na saúde indígena, pois suas centenas de contribuições na formulação e no controle da execução da política nacional de atenção à saúde indígena são totalmente ignoradas. O Movimento indígena se respalda na Constituição da República Federativa do Brasil (de 1988), em seu art. 232, garante que "os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 139 / 2014

Brasília, 12 de agosto de 2014.

No final da Carta, os indígenas da região do Rio Negro, dentre outras, pedem as seguintes providências: que o Ministério Público Federal investigue não somente a questão política, empenhos e notas fiscais (gestão administrativa), mas principalmente a realidade e os resultados na execução das ações de saúde nas comunidades indígenas e nos pólos-base; que a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) inclua na sua pauta de discussão o estudo do melhor modelo de gestão administrativa para saúde indígena e que este assunto seja pauta da Conferência Nacional de Política Indigenista do ano de 2015; que o ministro da Justiça investigue a gestão financeira e administrativa do Subsistema de Saúde Indígena; que a Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) fiscalizem permanentemente as ações de procedimentos de empenhos, notas fiscais de compras públicas; que o Ministério Público do Trabalho investigue as condições de trabalho dos Dsei e a situação de precarização de vínculo dos trabalhadores da EMSI; e que o ministro da Saúde/secretário Especial de Saúde Indígena implemente efetivamente o sistema de informações e garanta a transparência dos dados sobre a situação da saúde das populações indígenas e respeite as diretrizes definidas pelas instâncias de controle social.

Leia aqui a Carta Aberta na íntegra.

<http://www.cimi.org.br/File/CARTA%20P%C3%9ABLICA%20DOS%20POVOS%20IND%20C3%8DGENAS%20DO%20RIO%20NEGRO%20SOBRE%20SA%C3%9ADE%20IND%20C3%8DGENA.pdf>

"Pescadores da AHOMAR estão impedidos de regressar a Magé"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.08.2014



Jornal Enfoque

Os pescadores Alexandre Anderson, sua esposa Dayse Menezes e Maycon Alexandre Rodrigues, todos pertencentes ao Grupo Homens do Mar, estão impossibilitados de vir para a cidade onde foram criados e iniciaram a luta contra a degradação do meio ambiente na Baía de Guanabara por conta dos investimentos milionários da Petrobrás.

Os três pescadores estão fora de Magé por conta de um telefonema, o qual os ameaçava de morte se não deixassem a região. Segundo Alexandre Anderson, presidente da Associação AHOMAR (Homens do Mar), já foram sete os atentados que escapou juntamente com sua esposa Dayse. Eles estão incluídos no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), coordenado pela secretaria, abandonaram a cidade com a promessa até hoje não concretizada de que voltariam dois meses depois com segurança. Desde então, vivem como clandestinos. Não sabem se um dia voltarão a Magé, sede da Associação dos Homens do Mar (Ahomar), da qual são dirigentes. A entidade está com as portas fechadas desde agosto de 2012.

Os pescadores acusam a Secretaria de Direitos Humanos de atuar em parceria com a Petrobras para mantê-los longe da região onde a empresa toca o maior investimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), avaliado em US\$ 13,5 bilhões. O trio afirma que os

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 139 / 2014

Brasília, 12 de agosto de 2014.

telefonemas disparados pelo programa, ainda que eventualmente os tenham livrado da morte, mataram a resistência dos pescadores de sete municípios da Baía de Guanabara.

Com manifestações no mar e ações na justiça, a entidade virou obstáculo para a petroleira e seus fornecedores. Conseguiu paralisar trechos de obras por onde passariam dutos de gás. Desde que foi lançado, em 2006, o complexo petroquímico virou uma usina de problemas para o governo federal: o orçamento previsto dobrou e o início de sua operação está quatro anos atrasado.

“Para mim, quem mata não é só quem atira ou manda atirar. É também quem deixa atirar. Não tenho dúvida de que minha retirada foi determinada pela Petrobras. Houve um pedido político para eu deixar Magé”, acusa Alexandre, 43 anos, fundador e presidente da Ahomar. “Já são mais de 550 dias longe de casa. Tenho de voltar com escolta e ser protegido enquanto perdurarem as ameaças e os acusados não forem presos”, reivindica. E, para ele, as ameaças partem de empresas que prestam serviços à companhia.

Manobra ou não, o fato é que atualmente não existe nenhuma resistência a esses investimentos, e até mesmo aqueles que são pagos com dinheiro público para fiscalizar as agressões ambientais, que é o caso do Instituto Chico Mendes, são desestimulados através de ações politiqueiras e obscuras, que usam como arma veladas e transferências como forma de retaliação.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Márcio Nunes.



O que se desloca e o que se deslocaliza na Amazônia

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.08.2014

Por Lou-Ann Kleppa e Luis Fernando Novoa Garzon*

Assim que o Brasil – ou os que o dominam – resolveu ser o principal estoque de insumos básicos do mundo, logo a Amazônia foi enquadrada como seu principal estoque interno. Parece não haver Código, Lei, Constituição, Tratado, Convenção, ou alguma memória ou ética que impeça a exploração da integralidade das jazidas minerais, dos recursos energéticos, dos espaços de logística e circulação presentes na Amazônia. Por exemplo, os linhões de transmissão já feitos (e outros projetados) para o segundo ciclo de grandes hidrelétricas na região (Santo Antônio e Jirau, Belo Monte, Tabajara e Complexo Teles Pires e Tapajós) precisam percorrer mais de 3 mil quilômetros de extensão em contínua e alta voltagem. Isso já demonstra a que missão vieram. É energia para ficar à disposição de plantas industriais eletro-intensivas onde quer que estejam. Aqui tem energia barata para os que se dedicam a ampliar a produção de commodities, anunciam concessionárias e Governo.

É tanto favor ao hidronegócio que, nesse caso, é a energia que se deslocaliza. E energia hidrelétrica provinda de megaprojetos deslocaliza modos de vida sustentadores de biomas. Sem maiores formalidades, foi posta em vigor uma política de extermínio dos usos sociais da floresta e das águas. Cada megaprojeto desses implica em implosões de sociabilidades e socializações. São sacrifícios sociais impostos que sequer são dimensionados – muito menos avaliados e discutidos publicamente.

As usinas no rio Madeira já eram computadas por instâncias gabaritadas do próprio Governo como um caso de “desastre social”. Não se admitia o “desastre ambiental” strictu sensu, tendo em vista os efeitos minimizados prospectiva e retroativamente pela tecnologia das “usinas a fio d’água”, com argumentos do tipo: “fossem usinas com reservatórios convencionais, os impactos seriam maiores”.

Mas o desastre social ninguém negava: a Secretaria Especial de Direitos Humanos acompanhou e registrou os surtos de estupros, casos de violência contra mulheres e crianças e exploração sexual de adolescentes em Jacy-Paraná entre 2008 e 2012. O Ministério do Trabalho e a Secretaria da Presidência atestaram condições análogas à escravidão nos canteiros de obra, cuja expressão mais visível foi a rebelião operária de Jirau em 2011. O Ministério da Pesca sabe que milhares de pescadores artesanais perderam sua capacidade de sustento e que nenhum programa compensatório pode alterar o fato que o trecho superior do rio Madeira foi transformado em dois degraus que alteraram de forma drástica os fluxos – de água, sedimentos e seres vivos – que provinham das cabeceiras nos Andes e seu deságue nas terras baixas do Amazonas.

O Ministério de Desenvolvimento Social – e até o IBAMA – atestaram a inviabilidade econômica dos reassentamentos realizados pelos consórcios e comprovaram a desagregação familiar e pulverização dos reassentados nas periferias de Porto Velho. Com a grande cheia de 2014,

CONT.



potencializada pela imprevidente operação dos “peculiares” reservatórios das usinas, agora querem apagar o rastro dos desastres acumulados. O “desastre foi natural”, repetem dirigentes dos consórcios, técnicos dos órgãos licenciadores e fiscalizadores, senadores, Governador do Estado e até a Presidenta do país. Tratamento padrão para “calamidade natural” para ocultar a calamidade construída e que continua em curso.

Seria necessário suspender as licenças de operação das duas usinas e repensar o projeto “Complexo Madeira” como um todo: incluindo suas extensões, ramificações e seu efeito cumulativo na bacia. Mas não é o que pensam o setor elétrico e o Governo (em processo de reeleição). Selou-se um pacto de silêncio e inação dos órgãos fiscalizadores e do próprio Poder Judiciário para que não se ponha óbice a projetos de infraestrutura do PAC, considerados “estratégicos para o país”.

Na estratégia dos promotores do Complexo Madeira, colam-se muitas outras estratégias empresariais convergentes no intuito da incorporação prévia de blocos de recursos naturais e eixos de passagem interoceânicos. Por isso agora as estradas voltam a ser priorizadas.

Os caminhos na Amazônia eram os rios. Com a chegada das estradas, a pilhagem foi viabilizada. O mercado faz seu traçado olhando o mapa abstrato e uma planilha de custos. A Belém-Brasília, a Transamazônica (ainda que não completamente pavimentada), a BR 364 (Cuiabá-Rio Branco) e agora a BR 163 (Cuiabá-Santarém) foram e estão sendo edificadas com histórias nada edificantes ao longo de cada trecho. O caso mais recente, a pavimentação da BR 319 (Porto-Velho-Manaus), prossegue sem licenciamento específico, sem que se adotem medidas adicionais de fortalecimento das Unidades de Conservação e terras indígenas no seu percurso. Nada contra estradas em geral, mas quando determinadas vias produzem espaços homogêneos que propiciam situações de etnocídios e biocídios, é preciso falar o que vem junto com as estradas e o que não vem.

A construção de vias de acesso de larga escala a regiões situadas na fronteira do mercado traz embutidos projetos de desarticulação e rearticulação de um conjunto de territorialidades não mercantis. É o que deveria ser admitido e discutido. Para podar qualquer discussão, no entanto, sempre haverá uma situação de exceção à disposição. O risco de um novo apagão impôs a expansão da fronteira elétrica na Amazônia em marcha forçada. Em seguida não podem abrir mão das taxas mínimas de “crescimento” frente à crise internacional e novas exceções são abertas: desregulamentações, subsídios e incentivos diretos aos “setores dinâmicos” da economia. E se há um desastre ampliado, associado a grandes variações pluviométricas, aflora então, com mérito salvacionista, um governo de exceção que faz a “gestão da urgência”.

Dois exemplos disso foram estradas representadas e reivindicadas como grande solução depois do isolamento provocado pela cheia: a estrada Parque, que foi anunciada nos jornais como única alternativa para ligar Guajará-Mirim à BR 364, artéria do estado de Rondônia; e a estrada que liga a BR 319 às comunidades ribeirinhas do Maravilha e Niterói, situadas a jusante da usina de Santo Antônio. Essa última estrada foi construída de forma praticamente clandestina com a alegação de que era preciso refazer acessos destruídos pelos efeitos da cheia.

CONT.



A Estrada Parque, a BR 421, atravessa o Parque Estadual de Guajará-Mirim. Este parque é contíguo com o território da etnia Karipuna e sabe-se que há na região indícios de índios não contatados pelos brancos (o termo “isolados” é corrente, porém mais justo seria: “resistentes voluntários à modernidade capitalista”). A estrada tinha sido interditada como resultado do trabalho do Ministério Público Federal de Rondônia em março de 2014 com o argumento de que era preciso proteger a vida da/na floresta. No mesmo mês a estrada foi reaberta, inviabilizando a área de proteção integral. Depois que as águas baixaram e a BR 364 foi liberada, não se teve notícia da reversão dessa decisão que fere frontalmente direitos conquistados pelos povos indígenas. Pelo contrário, as manchetes de jornais locais comemoram que a Estrada Parque “está garantida”.

A estrada nova que fica na margem esquerda do Madeira se tornou solução para a especulação fundiária/imobiliária estimulada pela construção da primeira ponte que atravessa o rio. A estrada que parte da BR 319 não parece regulamentada: além de não haver placa indicativa, simplesmente quebraram a guia da BR na largura da estrada nova. A comunidade Maravilha teve a sua chamada “estrada da beira” tomada pelo rio Madeira e pela lama e acabou ficando muito perto da barranca devido à erosão das praias. A comunidade de Niterói, onde surgiram muitos lotes e loteadores, se tornou a cabeça de ponte para expandir o negócio da incorporação imobiliária e fundiária. A estrada nova, que a rigor não poderia ter o traçado atual, atravessa a porção mais preservada da APA (Área de Proteção Ambiental) Rio Madeira, onde ainda muitas famílias agroextrativistas persistem em manter sua economia de subsistência e/ou semi-mercantil. A comunidade Maravilha é uma das poucas áreas próximas a Porto Velho que contém manchas de floresta densa, olhos d’água e formas de interação tradicional com o meio ambiente. A ponte nova, associada à estrada já cascalhada, estendem a cidade de Porto Velho e suas assimetrias para a margem esquerda do rio Madeira.

-

*Lou-Ann Kleppa e Luis Fernando Novoa Garzon são professores da Universidade Federal de Rondônia. Página no Facebook: Rio Madeira Já.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Luis Fernando Novoa Garzon.



As 8 reivindicações mais polêmicas do agronegócio aos presidentiáveis

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.08.2014

Por Najla Passos
Da Carta Maior

Responsável por 23% de toda a riqueza gerada no país, o setor do agronegócio sabe que seu apoio pode ser decisivo tanto na eleição quanto na governabilidade de um presidente. Por isso, na última quarta-feira (6), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) convocou os três candidatos melhores posicionados nas pesquisas para uma espécie de sabatina.

Ao final, cada um deles recebeu o documento "O que esperamos do próximo presidente 2015-2018", que condensa as expectativas dos grandes produtores rurais para o próximo mandato. O setor reconhece que, na última década, o agronegócio cresceu como nunca. A produção, hoje, é 70% maior do que na época em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o poder. As commodities agrícolas responderam por 44% das exportações brasileiras nos primeiros quatro meses deste ano.

Mas os grandes produtores querem muito mais. As palavras de ordem deles são competitividade e segurança jurídica. E é em nome delas que reivindicam obras de logística, mais crédito rural, desonerações, investimentos públicos e redução do custo da folha de pagamento. E investem contra as demarcações de terras indígenas e as regularizações fundiárias de áreas quilombolas e de proteção ambiental.

Confira aqui as 8 reivindicações mais polêmicas do setor:

1 – Mais "dinamismo" na concessão de crédito rural:

No último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, o volume de crédito para o agronegócio foi de R\$ 15,7 bilhões. Em maio passado, a presidenta Dilma Rousseff lançou o maior Plano Safra da história, com a liberação de R\$ 156 bilhões e a promessa que, se for necessários, liberará mais recursos para o setor. Agora, os produtores ainda querem menos burocracia para colocar as mãos no dinheiro.

No documento entregue aos presidentiáveis, afirmam o crédito rural é "complexo, com alto custo operacional, com exigência de certidões em papel e fiscalização sem efetividade". Entre as medidas que apontam para reverter o problema, consta a aprovação, até o final de 2015, de um novo marco legal para a política agrícola, que transforme os grandes investimentos no setor em política de Estado e dinamize sua concessão.

2 – Proteção da renda do produtor

CONT.



Além de crédito farto e fácil, os produtores também querem seus lucros protegidos da volatilidade da economia capitalista que eles mesmos apoiam. Reivindicam intervenção estatal para assegurar que não saiam no prejuízo, caso ocorra, por exemplo, uma crise que derrube os preços de determinado produto no mercado internacional. Segundo eles, "é inadmissível que no Brasil só 8,74% da área plantada seja segurada".

3 – Reformulação do Mercosul

Para o setor, a participação do Brasil no Mercosul prejudica negociações bilaterais que podem aumentar o faturamento do agronegócio. Contrários à política que privilegia as relações Sul-Sul como forma de quebrar a hegemonia global, o que os produtores querem é fechar grandes acordos com os ricos, como os Estados Unidos e a União Européia. Conforme o documento, é necessária a "definição de uma estratégia de política comercial clara e objetiva, que resgate a autonomia do Brasil para negociar acordos comerciais independente do Mercosul".

4 – Redução do "custo do trabalho":

Como os empresários, os produtores rurais querem reduzir a proteção social dos trabalhadores para obterem mais lucros. No documento entregue aos presidentiáveis, a questão é colocada de forma tão imperativa que soa quase como ameaça: "a saída tem sido a mecanização massiva das operações, reduzindo a mão de obra em atividades que, há bem pouco tempo, eram as que mais geravam empregos no campo".

Eles reivindicam, por exemplo, a revisão das normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho para a atividade rural. Entre elas está a NR 31, que exige banheiro ou barraca sanitária para atender aos trabalhadores rurais e a proíbe o transporte dos mesmos em pé. E também a NR 15, que normatiza o tempo e o nível de exposição do trabalhador ao sol. Os grandes produtores rurais também se somam aos empresários para exigir a regulamentação total das terceirizações.

5 – Relativização do conceito de "trabalho escravo"

Inconformados com a Lei nº 10.803/2003, que tipifica a condição de trabalho análogo ao escravo no Código Penal, os grandes produtores rurais querem relativizar esse conceito. A justificativa é que não se pode identificar com clareza uma situação de condição análoga a escravo, em razão do que eles classificam como "excessiva subjetividade" dos termos "jornada exaustiva" e "trabalho degradante".

Entre outras medidas, o setor reivindica a revogação da instrução normativa 91/11, que faz exatamente isso e, a partir daí, compõe a lista suja dos empregadores que praticam trabalho escravo. "É preciso reformular o processo de inclusão de empregadores na lista, de forma a garantir a ampla defesa e evitar que meras irregularidades trabalhistas sejam confundidas com a prática do trabalho escravo".

6 – Fim das demarcações das terras indígenas e quilombolas

CONT.



As terras indígenas e quilombolas representam hoje a fronteira agrícola para o avanço do agronegócio. Por isso, o setor investe contra elas com toda a sua força. Na questão indígena, os principais alvos dos ataques são a Funai, que avalia atualmente a criação de 128 novas áreas, e organizações da sociedade civil como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que reivindica as demarcações de outras 339. Na quilombola, as investidas são contra a Fundação Palmares, que estuda o reconhecimento de 220 quilombos.

7 – Criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra

Os produtores rurais sabem que, no Brasil, a reforma agrária só avança com luta dos movimentos sociais do campo, que pressupõe a ocupação dos latifúndios improdutivos e terras públicas ilegalmente usurpadas. Por isso, insistem na criminalização dos movimentos sem-terra, exigindo a “exemplar punição dos responsáveis por tais ilícitos”. “É preciso estabelecer, com urgência, que a invasão é e sempre será um ato ilegal. Invasões, como mecanismos de pressão dos ditos movimentos sociais sobre o governo, para realizar a reforma agrária, são atos ilegais e não reivindicatórios”, diz o documento.

8 – Meio Ambiente como modelo de negócio

Na área de Meio Ambiente, os produtores querem a imediata implementação do novo Código Florestal, já amplamente debatido pela sociedade até sua sanção pela presidenta Dilma, em 2012. Mas também pedem uma série de medidas adicionais que ajudem o setor a melhorar seu desempenho. Entre elas a maior margem para emissão de CO₂, a adoção de um marco legal que impeça a cobrança pela utilização de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais, a regulamentação dos biomas de modo a não frear a atividade produtiva e até a privatização das reservas de água.



A incansável denegação do genocídio e o índio inexistente. Entrevista especial com Moysés Pinto Neto e Helena Palmquist

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.08.2014

"Seja como for, o índio sempre sai perdendo: se for primitivo, a 'locomotiva do progresso' vai 'tratorá-lo' de qualquer modo; se não for, não é mais índio e, portanto, não tem direito a nada", critica o pesquisador

IHU On-Line - "A pergunta não é 'como os índios devem viver?', mas sim 'quando vamos parar de inventar pretextos para matar os índios?'. Não sabemos sequer como nós devemos viver. Aliás, é curioso que estejamos interessados em como os outros devem viver quando nos encontramos cada vez mais privados da esfera em que se debatem as formas de vida: a política", reflete Moysés Pinto Neto, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line.

De acordo com ele, "como o racismo contra índios não é percebido como racismo, sendo inclusive enunciado livremente na esfera pública, a tendência é que tudo que envolva os índios seja simplesmente considerado como irrelevante. Argumenta-se em torno do tema e as pessoas simplesmente fingem que ele não existe, fingem que os índios não existem mais. Assim, o ignorar o texto seria ele próprio parte do fenômeno do racismo".

Na avaliação do pesquisador, "um conjunto de naturalizações" orientam ações individuais de racismo contra os indígenas, o qual "não se percebe como racismo". Ele esclarece: "A naturalização não foi abalada, ela segue sendo utilizada no discurso público como se fosse admissível. Creio que esse elemento de ingresso na esfera pública é importante: é diferente se afirmar, por exemplo, que a tortura é errada, mas não utilizamos tortura (hipocrisia), de explicitamente se afirmar que a tortura é admissível em certos casos. Quando o discurso ultrapassa esse ponto, estamos em um momento muito perigoso. É esse o momento que vivemos em relação aos índios e quilombolas".

A jornalista Helena Palmquist, que também acompanha as questões indígenas, assinala que "é preciso reafirmar que o intento genocida e o racismo estão implícitos na forma mais frequente de relação do estado nacional brasileiro com os povos originários dessa terra, que é o assimilacionismo, forma essa que constava até 1989 na Convenção nº 107 da Organização Internacional do Trabalho para Povos Indígenas e Tribais". Contudo, enfatiza, "particularmente no Brasil esse debate está tão atrasado que na arena pública o que vemos são políticos de todas as matizes ideológicas e autoridades dos três poderes solapando sistematicamente o sentido da autodeterminação e inventando um pretexto após o outro para o genocídio".

Nesse sentido, acrescenta Moysés Pinto Neto, "a 'esquerda' brasileira, no entanto, continua majoritariamente eurocêntrica e não consegue visualizar essa questão senão na melhor das hipóteses como de uma 'identidade minoritária' a ser preservada. As possibilidades que o pensamento indígena oferece para a construção de uma nova matriz econômica e social, por exemplo, são amplamente subestimadas. O projeto da esquerda no poder é simplesmente

CONT.



aderir ao modelo de desenvolvimento dos países do Atlântico Norte e repeti-lo nos trópicos, mesmo que hoje o que se demande nesses países mesmos em termos de movimentos sociais seja a transformação desse modelo”.

Moysés Pinto Neto é graduado em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS e doutorando em Filosofia nessa mesma instituição. Leciona no curso de Direito da Universidade Luterana do Brasil – Ulbra Canoas. Helena Palmquist é jornalista. Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são os indícios de que os indígenas sofrem mais racismo do que qualquer outro grupo, no Brasil, como apresenta em artigo recente?

Moysés Pinto Neto - A pergunta permite que possa esclarecer um possível equívoco. O título do artigo que escrevi sobre o tema é visivelmente uma provocação que só se torna compreensível após percorrida a totalidade do texto. A que equívoco me refiro? Uma possível leitura, afastada explicitamente no primeiro e no último parágrafo, que envolveria a quantificação e minimização do sofrimento das vítimas de outras formas de racismo. Em nenhum momento esse é o objetivo do texto.

Podemos separar, no entanto, um aspecto “objetivo” do fenômeno do racismo que consiste em delinear como funcionam os mecanismos forjados nas interações intersubjetivas e que operam como uma rede de palavras, gestos e símbolos, podendo ocorrer inclusive sem a intencionalidade do agente (isto é, inconscientemente), do sofrimento subjetivo de quem é vítima, esse sim irreduzível, qualitativo e incomensurável. Quando digo “objetivo” não estou me referindo a uma estrutura imutável, mas sim a um conjunto de naturalizações que orientam as ações individuais no cotidiano. É nesse sentido que afirmei serem os indígenas alvo de um racismo atroz porque ele não se percebe como racismo. Quer dizer: a naturalização não foi abalada, ela segue sendo utilizada no discurso público como se fosse admissível. Creio que esse elemento de ingresso na esfera pública é importante: é diferente se afirmar, por exemplo, que a tortura é errada, mas não utilizamos tortura (hipocrisia), de explicitamente se afirmar que a tortura é admissível em certos casos. Quando o discurso ultrapassa esse ponto, estamos em um momento muito perigoso. É esse o momento que vivemos em relação aos índios e quilombolas.

Por tudo isso é que optei por esse título “bomba”. Como o racismo contra índios não é percebido como racismo, sendo inclusive enunciado livremente na esfera pública, a tendência é que tudo que envolva os índios seja simplesmente considerado como irrelevante.

Argumenta-se em torno do tema e as pessoas simplesmente fingem que ele não existe, fingem que os índios não existem mais. Assim, o ignorar o texto seria ele próprio parte do fenômeno do racismo. Por isso — e não para minimizar outras formas de racismos (todas igualmente graves, espúrias e operando estruturalmente no Brasil; em particular, mencionaria ainda o genocídio da juventude negra da periferia) — optei por um título bombástico, um chamariz provocador para a leitura.

CONT.



IHU On-Line – Quais as razões de considerar o índio como alguém que deve ser incluído na cultura brasileira?

Moysés Pinto Neto - Os índios não “devem ser” incluídos na cultura brasileira, eles já são matriz dessa cultura ao lado dos negros e portugueses. Uma cultura fundada em um genocídio recalcado e, como tal, evidentemente marcada por sintomas que reaparecem a todo instante. Como dizia Benjamin, todo “monumento de cultura” é também de barbárie. Nesse sentido, a ambivalência da cultura “brasileira” (suspeito um pouco desse rótulo unificador) em relação ao tema é patente: de um lado, sem o elemento indígena ela não poderia ser o que é, e mesmo os pensamentos mais unificadores e autoritários reconhecem isso. De outro, a incansável denegação do genocídio que alcança os dias de hoje e, paradoxalmente, trata o índio atual como inexistente para não se ver com os problemas de um passado que não cansa de bater na nossa porta. Como acontece tantas vezes na América Latina, trata-se de um momento de luto que nos foi roubado e somente a partir do qual poderemos seguir adiante sem repetir os crimes do passado.

IHU On-Line – Em artigo recente, o senhor menciona que “boa parte da esquerda, e em especial a que hoje governa o país”, tenta incluir o índio na cultura. Como a esquerda trata dessa questão? E o que poderia se esperar da esquerda em relação a isso?

Moysés Pinto Neto - Esse é um fato gravíssimo. Sem que alguém (digamos, a “esquerda”) defina na esfera pública o racismo contra indígenas como racismo, mantemos a porta aberta para que seja possível o livre extermínio desses povos. A “esquerda” brasileira, no entanto, continua majoritariamente eurocêntrica e não consegue visualizar essa questão senão na melhor das hipóteses como de uma “identidade minoritária” a ser preservada. As possibilidades que o pensamento indígena oferece para a construção de uma nova matriz econômica e social, por exemplo, são amplamente subestimadas. O projeto da esquerda no poder é simplesmente aderir ao modelo de desenvolvimento dos países do Atlântico Norte e repeti-lo nos trópicos, mesmo que hoje o que se demande nesses países mesmos em termos de movimentos sociais seja a transformação desse modelo. É como se o nosso “atraso” em relação aos países do Norte fosse tomado como vantagem compensatória da nossa falta de imaginação política: podemos continuar repetindo o que se encontra questionado mundo afora enquanto os outros pensam por nós o que fazer até os alcançarmos.

IHU On-Line – Quais são as alternativas à não inclusão? Como os índios deveriam viver?

Moysés Pinto Neto - A pergunta por si só já é problemática. O que chamamos de “inclusão” é simplesmente o extermínio da cultura indígena para que o índio seja colocado às margens da nossa forma de vida baseada no trabalho e no consumo. Em outros termos, é a transformação do índio em pobre, já que ele não “tem” coisas e tampouco cultua o trabalho como quintessência humana. Como ainda vivemos sob a égide do racismo eurocêntrico, muita gente acredita que uma forma de vida baseada em outras relações entre sociedade e natureza seja “atrasada” e por isso que é normal ao índio ocupar o espaço inferior da pirâmide social, já que estaria atrás dos mais atrasados. A violência desse “progressismo” é patente e é curioso que, depois de tudo que aconteceu no século XX, ainda haja quem considere a diferença como sinal de atraso na flecha da História.

CONT.



Não cabe a nós dizer como os índios devem viver. Perguntamos como os canadenses ou japoneses devem viver? Não. Logo, não faz sentido pensar dessa forma. A pergunta não é "como os índios devem viver?", mas sim "quando vamos parar de inventar pretextos para matar os índios?". Não sabemos sequer como nós devemos viver. Aliás, é curioso que estejamos interessados em como os outros devem viver quando nos encontramos cada vez mais privados da esfera em que se debatem as formas de vida: a política.

IHU On-Line – Quando se trata dos direitos indígenas, há argumentos como o de que o índio já aderiu à cultura do branco ao utilizar celular, ter acesso à internet, etc. Qual é o limite ante a adesão parcial de outras culturas e a manutenção da sua própria cultura?

Moysés Pinto Neto - Não existe esse limite. As culturas não são oásis de pureza, mas zonas de contaminação constante. O que não significa, por outro lado, a dissolução de toda alteridade em um hibridismo generalizado. O múltiplo não é um "Um" que ainda não se realizou. Por isso, querer descaracterizar a cultura indígena pela incorporação de tecnologia é um exercício da mentalidade genocida: ou os indígenas rejeitam toda transformação e mudança nas suas culturas, ou devem desaparecer enquanto cultura própria. Em outros termos, ou você segue "primitivo", ou não é mais índio. Seja como for, o índio sempre sai perdendo: se for primitivo, a "locomotiva do progresso" vai "tratorá-lo" de qualquer modo; se não for, não é mais índio e, portanto, não tem direito a nada.

Isso piora se levarmos em consideração o que interessou a vários pensadores brasileiros, Oswald de Andrade, por exemplo, que é o papel da antropofagia na cultura indígena. A antropofagia é o inverso da xenofobia do pensamento ocidental de matriz grega. Ela é a incorporação do outro como fratura do eu, um si-mesmo que nunca é próprio, está em permanente transformação na medida em que se define em relação a uma exterioridade (o inimigo, por exemplo, como nos mostrou o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro). Ao contrário da cultura ocidental, que é um constante desejo xenófobo de plenificação do "Um" e erradicação da diferença estrangeira, a cultura antropofágica somente faz sentido na relação com a alteridade. Por isso, imaginar que o contato com o outro descaracteriza a cultura é um pensamento duplamente viciado: pelo colonialismo da locomotiva do progresso e por uma xenofobia projetada.

IHU On-Line – O que significa manter o modo de vida indígena?

Helena Palmquist - Temos no mundo pelo menos 5 mil povos indígenas e só no Brasil mais de 240, com seus particulares modos de vida. Portanto não existe "o" modo de vida indígena a ser mantido e é evidente que todos esses povos têm que ter seus modos de vida respeitados, o que é impossível no cenário de ordem e progresso já desenhado nas questões anteriores. Se existe algo de comum aos modos de vida indígenas no território brasileiro é a necessidade de manutenção das terras ancestrais, onde precisamente está a raiz da maior parte dos problemas. Não é à toa que a Confederação Nacional da Agricultura lançou uma ofensiva midiática para tentar demonstrar que os índios não precisam de terras e sim de saúde e educação. A mensagem bem clara é: agora que vencemos essa conversa de reforma agrária (Brasília se rendeu aos ruralistas nisso faz tempo), vamos avançar nas terras dos índios e assimilá-los às periferias das cidades, onde podemos prometer a cada dois anos nas eleições

CONT.



que eles um dia terão melhores escolas e postos de saúde.

IHU On-Line – Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelas comunidades indígenas em relação à tentativa de manter seu modo de vida?

Helena Palmquist - É preciso reafirmar que o intento genocida e o racismo estão implícitos na forma mais frequente de relação do estado nacional brasileiro com os povos originários dessa terra, que é o assimilacionismo, forma essa que constava até 1989 na Convenção nº 107 da Organização Internacional do Trabalho para Povos Indígenas e Tribais. Então, manter e respeitar os vários modos de vida indígenas sobreviventes — à custa de muita resistência, diga-se — não é como se fosse o terceiro segredo de Fátima. Porque o assimilacionismo foi ultrapassado formalmente, no marco do direito internacional, em 1989 com a Convenção nº 169 da OIT, que consagra o princípio da autodeterminação dos povos e o direito de que cada população indígena ou tribal possa escolher seus próprios caminhos para o futuro. Esse princípio consta ainda na Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas e na Constituição Federal brasileira que, como todos deviam saber, é uma carta guiada pelo sentido do multiculturalismo e da autodeterminação.

Particularmente no Brasil esse debate está tão atrasado que na arena pública o que vemos são políticos de todas as matizes ideológicas e autoridades dos três poderes solapando sistematicamente o sentido da autodeterminação e, como se disse acima, inventando um pretexto após o outro para o genocídio — seja a necessidade irracional de uma quantidade infinita de energia elétrica, seja o direito sagrado de mineradoras multinacionais saquearem o subsolo, seja o dever cívico de grileiros de terra plantarem soja transgênica, dendê ou qualquer outra commodity não comestível em territórios indígenas.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Moysés Pinto Neto - Outra dimensão do problema que o texto não aborda: a completa ausência de discussão sobre a cultura indígena no ensino superior, com exceção da antropologia, obviamente. É estranho que o estudante de Direito, Filosofia ou Jornalismo, por exemplo, saia como um completo ignorante acerca dessas questões a partir dos currículos das universidades que recebemos. Nas áreas que conheço melhor, por exemplo, que são o Direito e a Filosofia, não há qualquer debate sobre o assunto. O estudante pode conhecer os detalhes do pensamento germânico, se quiser, mas nada da filosofia indígena. Nomes básicos da antropologia cultural como Pierre Clastres e Lévi-Strauss são completamente desconhecidos nesses cenários.

O resultado é a repetição de um “universalismo” eurocêntrico ou norte-americanófilo de matrizes kantianas que desconhece totalmente outras tradições culturais, postulando-se como racional e necessário e reconhecendo a diferença cultural no máximo como “exotismo”. Exótico é sempre o outro, afinal. Normal é basear o modelo político-econômico em um crescimento infinito que coloca em xeque o planeta (incluídos os “exóticos”), por exemplo. É urgente revisar essas matrizes de pura cópia de modelos teóricos vindos das “potências” do Atlântico Norte numa relação colonizada (nada contra ler autores estrangeiros, obviamente) que acaba por ocultar os reais problemas vividos hoje em dia no Brasil.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 139 / 2014

Brasília, 12 de agosto de 2014.

Há, no entanto, iniciativas muito positivas vindas à sociedade nos ventos de Junho, por exemplo, a campanha Índio é Nós e uma forte solidariedade nas redes sociais e protestos das ruas, sem esquecer que os próprios indígenas estiveram na vanguarda das mobilizações do ano passado. Nesse sentido, parabéns o trabalho do IHU por tomar a violência contra os indígenas como uma pauta constante em um cenário onde ela geralmente é ignorada, inclusive na Universidade.



Documento final do 1º Encontro Amazônico dos Povos indígenas Resistentes
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.08.2014

Cimi Regional Norte I

Povos indígenas da região Norte e estado do Mato Grosso reunidos no 1º Encontro Amazônico na cidade de Manaus exigem a demarcação de seus territórios tradicionais. Os indígenas denunciaram também a presença de invasores em suas terras. Confira na íntegra o documento final do encontro:

1º Encontro Amazônico dos Povos indígenas Resistentes

Nós povos indígenas Mura, Munduruku, Munduruku-Cara-Preta, Tupinambá, Kambeba, Cumaruara, Arapium, Maitapu, Kayabi, Chiquitano, Migueleno, Xavante, Macuxi, Apolimarara, Nawa, Kujubim, Wayoro, Guarasugwe, Tucano, Tupaiu e Purubora, dos estados do Acre, Amazonas, Pará, Roraima, Mato Grosso e Rondônia, estamos em luta pelo reconhecimento étnico e territorial, reunidos no 1º Encontro Amazônico dos Povos Indígenas Resistentes, nos dias 8 a 10 de agosto de 2014 no Centro de Formação Xare, localizado no município de Manaus-AM, partilhamos nossas lutas, conquistas e desafios e nos defrontamos com a realidade de desrespeito e ameaça aos nossos direitos.

Solicitamos que o direito ao autoreconhecimento étnico seja respeitado como critério fundamental para o reconhecimento da identidade indígena, conforme recomenda a Convenção 169 da OIT. Assim, não podemos depender de laudos antropológicos nem registros administrativos para podermos usufruir e ter acesso aos direitos garantidos aos povos indígenas.

Ainda, requeremos que a União Federal dê condições técnicas e financeiras a Funai para que inicie e/ou dê continuidade aos procedimentos de demarcação dos nossos territórios indígenas já reivindicados.

Em virtude da demora da União Federal em concluir os procedimentos de reconhecimento dos nossos territórios tradicionais, somos vítimas de invasores interessados em usurpar nossas riquezas naturais. Estas invasões permanentes geram insegurança a nossas comunidades e, muitas vezes, lideranças são ameaçadas de morte quando lutam pela efetivação de nossos direitos territoriais. Pedimos que a União Federal cumpra com o seu dever constitucional de proteção das Terras Indígenas, fiscalizando as áreas, para coibir a entrada de invasores em nossos territórios.

Há ainda a realidade de povos que foram expulsos de seus territórios tradicionais e hoje buscam sua reorganização e lutam pela retomada de seus territórios.

Exigimos que seja respeitado o direito à consulta livre, prévia e informada em relação às

CONT.



medidas administrativas e legislativas que nos afetem diretamente, bem como a participação das comunidades indígenas em todas as instâncias de decisão que envolvam estes procedimentos, como as pesquisas e lavras de minérios, prospecções de petróleo, mercado de créditos de carbono, projetos de infraestrutura, projetos de lei, propostas de emenda à Constituição e outros.

Em razão da falta de reconhecimento étnico e territorial, muitas vezes, dificulta-se e limita-se e até mesmo nega-se o acesso aos direitos a educação e a saúde diferenciada, que respeitem os usos, costumes e tradições de cada povo. Para isso é fundamental:

O reconhecimento e a construção de escolas indígenas em nossas comunidades, que considerem a participação da comunidade indígena na definição do modelo de organização e gestão. É necessária a contratação e formação de professores indígenas, bem como o incentivo técnico e financeiro para produção de materiais didáticos a partir da realidade histórica, social e cultural de cada povo.

A inclusão de todas as nossas comunidades indígenas no sistema de atendimento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) com as necessárias garantias de infraestrutura, recursos humanos, equipamentos, bem como o reconhecimento e a valorização de nossa medicina tradicional.

Somos povos resistentes. Lutaremos sempre, não desistiremos nunca!



Mercosul Indígena

SÍTIO A VERDADE SUFOCADA, 12.08.2014

RUBENS BARBOSA

Política passiva e reativa em relação ao grupo regional tem de ser revista

Finalmente, depois de mais de um ano, os presidentes dos cinco países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela) conseguiram marcar reunião do Conselho Presidencial na Venezuela. Nos longos comunicados ao fim do encontro, poucas referências a avanços na área comercial. Em compensação, foram assinadas declarações, de apoio à Argentina sobre o pagamento de sua dívida soberana, sobre o Banco do Sul, sobre os direitos nos EUA das crianças e adolescentes migrantes não acompanhados.

Além disso, Hugo Chávez e Néstor Kirchner foram declarados cidadãos ilustres do Mercosul. A proposta brasileira para antecipar a formação de área de livre comércio com a Colômbia e o Peru nem chegou a ser examinada.

Poucos notaram que na declaração do Mercosul sobre a situação de Gaza houve um significativo fato político: o Paraguai recusou-se a assiná-la e quebrou a unidade do grupo em tema tão sensível. Uma das decisões mais curiosas, anunciada ao fim da reunião, foi a instituição do Mercosul Indígena, que certamente dará grande impulso às relações comerciais do grupo...

Alguns exemplos demonstram o estado em que se encontra o Mercosul.

— A Bolívia, membro associado desde 1997, assinou protocolo de adesão quase em segredo de Estado, sem discussão pública. Recentemente, os Congressos do Uruguai e da Venezuela ratificaram o protocolo. Até agora, o documento não foi submetido ao Congresso brasileiro, porque, se fosse, teria dificuldades para aprovação em virtude do asilo ao senador boliviano. A Bolívia ganhou o status de país-membro em processo de adesão, podendo participar plenamente de todas as reuniões, sem voto.

— A negociação do acordo Mercosul-União Europeia desapareceu dos radares por dificuldades com a Argentina (como sempre) e desinteresse por parte do governo brasileiro.

— A negociação entre Brasil e Argentina sobre o acordo automotriz terminou com novo retrocesso. Em vez de manter o livre comércio, o governo brasileiro cedeu mais uma vez à pressão argentina e aprovou uma trava à exportação do Brasil de até uma vez e meio do total comprado da Argentina (antes era 1,9).

— A grave situação econômica na Argentina e na Venezuela, com crescimento em baixa, inflação em alta e moeda depreciada, e total insegurança jurídica, prejudicam as empresas brasileiras pela redução do mercado e pelo não pagamento das exportações.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 139 / 2014

Brasília, 12 de agosto de 2014.

— O comércio do Brasil com a Argentina está afetado por toda essa situação, com queda de 20%, em especial dos produtos manufaturados.

Olhando apenas para o estrito interesse brasileiro, a política passiva e reativa em relação ao grupo regional tem de ser revista. A redução da influência ideológica nas decisões e a flexibilização de algumas regras estão entre as mudanças que o Brasil deveria buscar a partir de 2015, com o objetivo de facilitar as negociações comerciais com países que possam ampliar o mercado para as exportações do grupo e permitir acesso a tecnologias e inovações para as empresas brasileiras. O Brasil não pode continuar atrelado ao atraso.



Funai e Ministério da Justiça visitam terra indígena do Jaraguá

SÍTIO PODER ON LINE, 12.08.2014

No dia 12 de setembro, representantes do Ministério da Justiça e da Fundação Nacional do Índio farão uma visita à terra indígena do Jaraguá, na zona noroeste de São Paulo. A demarcação da região – considerada a menor aldeia do país, com menos de dois hectares – tem sido alvo de conflitos entre os mais de 700 indígenas guaranis que habitam no local e a Justiça.

Recentemente, a Funai concluiu os estudos sobre a tradicionalidade da terra, mas a demarcação ainda depende do Ministério da Justiça e, enquanto isso, a região tem sido até mesmo alvo de processos de reintegração de posse no estado. Na visita, deverá ser anunciada a decisão do Ministério da Justiça sobre o conflito.

A atividade será acompanhada de representantes da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas e das comissões de direitos humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo e da Câmara de Vereadores, que têm pressionado a Funai por uma resolução do conflito e defendem que toda a área preservada deveria ser colocada à disposição da população indígena, que com um plano de manejo adequado poderia conviver com o uso do Parque Estadual do Jaraguá.



UFGD inaugura prédio para cursos indígenas e do campo e reafirma seu respeito por todas as culturas

SÍTIO DOURADOS INFORMA, 12.08.2014

Formalizando seu compromisso em abrir as portas da Universidade para todas as comunidades, a UFGD inaugurou na manhã de hoje (11) o prédio da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), a 11ª faculdade da Instituição, implantada em 2012, fruto de seu diálogo com os movimentos sociais em prol da dignidade dos povos indígenas e do campo.

Na presença de professores, técnicos, estudantes e convidados, o reitor Damião Duque de Farias entregou o prédio de 1.537 metros de área construída, com salas de aula, de estudo, de vídeo e de informática, banheiros, cozinha/copa, área administrativa, almoxarifado, zeladoria, ambientes multimídia e laboratórios de línguas e culturas.

Ainda na ocasião, o professor assinou uma ordem de serviço para iniciar a segunda fase de obras, que vão concluir o espaço destinado aos cursos e ações da Faculdade, com expectativa de que a construção esteja finalizada até o meio do próximo ano.

"Temos alcançado um conjunto de vitórias nas mais diferentes áreas da UFGD e que impactam de forma considerável na região. Essas conquistas são coletivas e muito orgulham a nós que trabalhamos e estudamos aqui. Uma delas está sendo celebrada hoje, demonstrando o compromisso da Instituição com os movimentos sociais, que representam setores da sociedade historicamente marginalizados", comemorou o reitor.

Simbolicamente, as etnias Guarani e Kaoiwá presentes no evento realizaram uma cerimônia de batismo indígena, com cânticos e danças, a fim de abençoar o local que será ocupado por seus estudantes e professores. Ato que para o docente Antônio Dari Ramos, diretor da FAIND, significa exatamente a tomada do prédio. "Porque é isto que queremos: que a FAIND tenha cheiro de fumaça, de lona, de mato. Uma FAIND das comunidades indígenas e do campo".

Igualando as diferenças

Em nome dos acadêmicos das duas graduações da FAIND, Ana Carla Ferreira, estudante da Licenciatura em Educação do Campo, e Geraldo Domingues, aluno da Licenciatura Intercultural Indígena, expressaram sua satisfação pela entrega da obra. "Para nós é um momento importante, de ocupação de fato, pois a universidade tem que ser ocupada pelo índio, pelo trabalhador, pelo negro. É um momento de mudança em Mato Grosso do Sul, uma universidade abrindo portas para estas comunidades", enfatizou Ana Carla.

Representando os movimentos sociais do campo, André Aparecido Bispo comparou a inauguração do novo prédio à conquista de um pedaço de terra. "Para esse ato ter acontecido hoje, vários tiveram que tombar. Isto não é gratuito e vai além desta estrutura física", afirmou.

CONT.



Agradecendo ao sonho realizado, o representante dos professores Guarani Kaiowá, Valdomiro Ortiz, e o líder Guarani, Valdomiro Aquino, falaram sobre a importância da aliança entre indígenas e não indígenas para a consolidação deste projeto, alegando que a união dos dois diferentes saberes é que possibilitou a oportunidade. "Nossa luta não foi em vão", reconheceu Ortiz.

Já é realidade

Hoje a FAIND conta com a Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu e a Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza, além das pós-graduações Lato Sensu em Educação Intercultural Indígena e Lato Sensu em Gestão Pedagógica para a Educação Escolar Indígena. A previsão é de que ainda neste mês seja aprovada pelo Ministério da Educação uma nova licenciatura em Educação do Campo, com habilitação em Ciências Sociais.

A Faculdade também realiza pesquisas e ações de extensão junto às comunidades e povos indígenas e do campo, auxiliando a execução de políticas públicas e respeitando seu modo específico de ser, com o objetivo de construir sua autonomia sociocultural e o seu empoderamento político e econômico.

O que para o professor Damião, não se resume a criar cursos diferenciados e construir prédios. "Trata-se da construção de cursos que façam o diálogo com as comunidades, demonstrando nosso respeito por todas as culturas", concluiu.



UFOPA promove “Diálogos Indígenas” com Daniel Munduruku

SÍTIO PORTAL NA HORA, 12.08.2014

A UFOPA promove na próxima terça, dia 12, o encontro "Diálogos Indígenas". Com o objetivo de discutir a realidade dos povos indígenas, seus desafios e perspectivas para o futuro, o encontro é destinado aos estudantes indígenas da UFOPA e será liderado por Daniel Munduruku, Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo e uma das maiores expressões da literatura indígena brasileira.

O encontro ocorrerá às 15h, no auditório Wilson Fonseca, no Câmpus Rondon. No mesmo dia e local, às 18h, Daniel Munduruku ministra a palestra "Os indígenas no ensino superior hoje: desafios e perspectivas", evento aberto a toda a comunidade.

De acordo com diretor de Ações Afirmativas da UFOPA, Prof. Florêncio Vaz, os encontros serão mensais. "Vamos trazer uma autoridade, liderança indígena ou um especialista no assunto para tratar da temática indígena. Começamos com a questão do ensino superior, que será abordada pelo Daniel. Haverá sempre um momento entre o convidado e os estudantes indígenas na UFOPA e outro, onde o convidado faz uma palestra ou exposição aberta para toda comunidade acadêmica. Mas tanto num como no outro, qualquer interessado será bem vindo", ressalta o diretor.

Ainda em Santarém, Daniel Munduruku participará, nos dias 13 e 14 de agosto, do Encontro de Formação em Literatura e Cultura Indígena, a ser realizado na UFOPA. A programação é organizada pelo Grupo de Estudos, Pesquisa e Intervenção em Literatura Infantil na Escola (LELIT) da UFOPA e o Pacto Nacional pela Idade Certa (PNAIC/Oeste do Pará).

Sobre Daniel Munduruku - Escritor indígena com 45 livros publicados, graduado em Filosofia, tem licenciatura em História e Psicologia. Doutor em Educação pela USP. É pós-doutor em Literatura pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Diretor presidente do Instituto UKA - Casa dos Saberes Ancestrais. Recebeu diversos prêmios no Brasil e exterior, entre eles o Prêmio Jabuti, Prêmio da Academia Brasileira de Letras, o Prêmio Érico Vanucci Mendes (outorgado pelo CNPq); Prêmio Tolerância (outorgado pela UNESCO).

--

Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA



Vereadores visitam aldeias indígenas e cobram melhorias para educação e infraestrutura

SÍTIO PARANATINGA NEWS, 12.08.2014

Da Redação

Os vereadores Wellington Barros e João Bosco dos Santos estiveram visitando estradas que dá acesso as escolas Indígenas e constataram que as mesmas estão com uma situação precária, viagens que poderia demorar trinta (30) minutos estão demorando praticamente três (3) horas,

Os vereadores fizeram a visita com o intuito de se inteirarem dos problemas das aldeias e depois se reuniram com o prefeito para que discutirem qual a melhor solução para aqueles problemas.

Barros disse que tem vários pontos críticos para chegar a aldeia, manilhas tem que serem e até mesmo fazer algumas pontes, também vai ser feito limpezas no pátio e ao redor das escolas Indígenas.

Para chegar á algumas aldeias os alunos tem que fazer o percurso a pé, por falta de planejamento e organização, com isso o que nós queremos e resolver esses problemas para que os professores e alunos tenham melhores condições de aprendizagem.

Objetivo é melhorar a locomoção dos alunos até as escolas e ao mesmo tempo com mais segurança e com isso gerar mais conforto e fortalecer a educação indígena do município.

Barros disse ainda que a prefeitura enviou uma patrula ao local e se comprometeu enviar mais equipamentos para revitalizar as estradas de acesso das aldeias atendendo a solicitação dos vereadores.